



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

Espaço Público Digital e Realidade Virtual **Abordagens teóricas**

Cátia Sofia Lopes Cabral

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciências Documentais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor António dos Santos Pereira
Co-orientador: Professor Doutor Nuno Amaral Jerónimo

Covilhã, Outubro de 2015

“Não sou nada
Nunca serei nada
Não posso querer ser nada
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo”

Fernando Pessoa

À minha mãe e irmã

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação não seria possível se não existissem pessoas que me incentivaram ao longo do tempo para o seu desenvolvimento. A essas pessoas quero deixar o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, à minha mãe porque ao longo da minha vida sempre me proporcionou todas as possibilidades para que eu fosse feliz e para que eu pudesse atingir os meus objetivos. Apesar da conjuntura atual, nunca desistiu de mim e sempre me deu forças para continuar e fazer o melhor.

Em segundo lugar, à minha irmã que sempre me incentivou a fazer melhor e mesmo quando eu já tinha bons resultados sempre me mostrou que eu era capaz de mais.

Ao meu namorado, pela paciência, principalmente na fase final da elaboração da dissertação.

Ao Professor Doutor António dos Santos Pereira, por prontamente se haver disponibilizado para ser meu orientador e pelos conselhos que me ofereceu. Ao Professor Doutor Nuno Amaral Jerónimo, pela disponibilidade, que sempre demonstrou, e também pela paciência na orientação desta dissertação.

Às restantes pessoas, que me ouviram reclamar e que seriam muitas para as enunciar, deixo o meu sincero agradecimento pela força e compreensão pela minha ausência.

A todos, o meu sincero Obrigada!

RESUMO

O objetivo desta dissertação prende-se com o entendimento de alguns aspetos do novo conceito de espaço público - espaço público digital - e de realidade digital tendo em conta as abordagens históricas, psicológicas e sociais destes conceitos. Pretende também discutir alguns termos que envolvem os dois tópicos acima enunciados tendo sempre em conta os necessários suportes teóricos.

Na primeira abordagem, desmitifica-se o conceito de espaço público em perspetiva histórica elevando-o posteriormente ao conceito de espaço público digital. A um segundo nível analisam-se alguns tópicos no âmbito desse mesmo espaço e no âmbito da realidade virtual em que se vive na atualidade. Finalmente pretende-se desmistificar a noção de sociedade de informação e clarificar a abordagem social dos temas principais da dissertação.

Palavras-chave:

Espaço público, espaço privado, espaço público digital, redes sociais digitais, identidade.

ABSTRACT

The main goal of this dissertation is to understand some aspects of a new concept of public sphere - digital public sphere - and digital reality, regarding their historical, psychological and social approaches. It also aims to discuss, in a theoretical way, some concepts concerning these two ideas.

This work clears the conceptualisation of public sphere, in a historical perspective, taking it to the digital level. Then, it discusses some issues regarding the public sphere, namely the virtual reality one lives in these days. Finally, the dissertation demystifies the concept of information society, and clarifies the social approach to the main discussions.

Keywords:

Public sphere, private sphere, digital public sphere, digital social network, identity

ÍNDICE

Agradecimentos	III
Resumo	IV
<i>Abstract</i>	V
Índice	VI
Introdução	7
Capítulo 1 - Abordagem Histórica	9
1.1. Espaço Público vs Espaço Privado	10
1.2. Fragmentação do Espaço Público	14
Capítulo 2 - Abordagem Psicológica	19
2.1. Conceito de Identidade Online	20
2.2. Gestão de Identidade Online	23
2.3. Privacidade Digital	25
2.4. Democracia e Liberdade Digital	27
Capítulo 3 - Abordagem Sociológica	30
3.1. Sociedade de Informação	31
3.2. Construção da Realidade Virtual	35
Capítulo 4 - Preservação Digital	40
4.1. Materiais de Suporte	43
4.2. Técnicas de Preservação Digital	44
4.3. A Pedra Roseta Digital	46
Conclusão	48
Referências Bibliográficas	49
Webgrafia	51
Anexos	53

INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se no plano de estudos de Mestrado em Ciências Documentais na Universidade da Beira interior, sob a orientação do Professor Doutor António dos Santos Pereira e do Professor Doutor Nuno Amaral Jerónimo.

Este trabalho tem como principal objetivo compreender o novo conceito de espaço público digital e os seus componentes, não esquecendo as suas raízes teóricas e conceptuais. Por esta razão, a fase inicial desta dissertação faz uma abordagem histórica sobre o conceito de espaço público passando posteriormente para a discussão da sua fragmentação. Nesta fragmentação de espaço público, surge o conceito de espaço público digital, considerando que o surgimento deste novo conceito está intimamente ligado às evoluções tecnológicas.

Como a discussão deste tema passa por uma abordagem teórica, decidiu-se estabelecer três tipos de abordagem: uma abordagem histórica no primeiro capítulo; uma abordagem psicológica no segundo capítulo, uma vez que este novo conceito aduz fatores determinantes na construção da identidade. Por esta razão, não se avalia o conceito identidade na sua abordagem simplista do conceito, mas sim a sua amplitude no mundo virtual - identidade online. A identidade online é uma característica importante no conceito de espaço público digital, pois é com ela que o indivíduo navega no mundo digital. Com as problemáticas envolventes no mundo digital, analisaram-se dois termos que suportam a identidade online, a saber, a gestão da identidade uma vez que se diferencia da definição de identidade geral, pois aqui quem a constrói é o próprio indivíduo colocando nela a informação que a ele lhe apetecer, e a privacidade online. Não poderia deixar de se abordar a privacidade online uma vez que é aqui que se encontram atualmente os maiores problemas, os dados que se disponibilizam não estão protegidos o suficiente e a percepção que o indivíduo tem sobre essa privacidade distancia-se em alguns casos do que realmente acontece. Fala-se ainda da questão da democracia e liberdade digital como questões representativas da acção que o indivíduo tem no espaço público digital.

O terceiro capítulo desta dissertação aproxima-se das abordagens sociológicas ao tema, já que a influência principal do espaço público digital está, segundo a minha reflexão produzida no âmbito deste trabalho, precisamente no desenvolvimento da sociedade na medida em que atualmente se vive numa sociedade de informação, com alterações profundas nos aspetos culturais e grupais. Para melhor compreensão deste desenvolvimento, dividiu-se este terceiro capítulo em duas partes - sociedade de informação e construção da realidade virtual. O desenvolvimento das novas tecnologias resultou na criação de uma sociedade de informação que tem acesso rápido à informação online, mas resultou também na construção de uma nova realidade, pois estas tecnologias permitiram a criação dessa nova realidade

permitindo ao homem o transporte ou a melhoria da sua realidade física para o mundo virtual.

Na última parte da dissertação, pela respetiva importância, desenvolve-se o tema da preservação digital, incluindo neste capítulo as temáticas de materiais de suporte e a concepção de “pedra roseta digital”. Embora possa ser entendido como um parente afastado do tema principal, este último capítulo tem na sua base as interferências produzidas neste novo espaço público. As novas tecnologias proporcionaram também uma evolução quanto à preservação da informação e dos documentos, considerando que a preservação dos documentos se torna mais eficaz em suporte digital.

Como metodologia para a realização desta dissertação, deu-se principal predominância à pesquisa documental e a uma discussão teórica. Uma vez que o tema passa precisamente pelo mundo digital, a pesquisa teria também de incidir de preferência no acesso às novas tecnologias. No entanto, também se deu valor a algumas referências bibliográficas. De salientar que a maior parte da informação está disponível em sites de origem brasileira e no que diz respeito à bibliografia a língua predominante é o inglês.

A escolha desta temática está intimamente relacionada com o gosto pessoal pelas novas tecnologias e também pelo desejo de aprofundar um tema que, embora vulgarmente considerado, apresenta algumas lacunas na compreensão das consequências e vantagens pela maioria das pessoas.

Capítulo 1 - Abordagem histórica

Todas as preocupações atuais têm como principal centro o que queremos que os outros vejam de nós e qual a opinião dos outros sobre nós, a informação que os outros tinham sobre nós baseava-se no que se poderia ouvir dizer através do vizinho ou aquilo que poderíamos ver pessoalmente. Hoje em dia, as novas tecnologias permitem um acesso rápido à informação embora dependente do que se torna disponível à vista, isto é, alguma informação disponível só assim o está porque alguém se predispõe a torná-la visível, no entanto, temos ainda a informação que diz respeito ao Estado, como por exemplo, a informação relativa a finanças, aprovação de leis e estado do país, que é de acesso a todos pois, é obrigatório os cidadãos terem acesso a essa informação.

Esta difusão da informação só é possível porque as sociedades sofreram modificações ao longo da história e sente-se, neste momento, a necessidade de afirmação perante essa mesma sociedade, que se tornou, há muito, uma sociedade com dificuldades em aceitar, de forma não muito iminente, as diferenças. Logo, combate-se a vontade de termos sempre algo melhor que o vizinho ou o amigo.

O espaço público atual transforma-se então num espaço público digital onde toda a informação circula quase à velocidade da luz, logo pode dizer-se que não se consegue falar de espaço público sem a envolvimento da informação e vice-versa, criando desta forma uma relação de dependência discursiva entre os dois conceitos.

Desta forma, a primeira parte desta dissertação pretende apresentar uma retrospectiva da ideia de espaço público ou do que se poderia entender como tal. Para este retrocesso recorre-se a algumas teorias de alguns autores cujos estudos passaram precisamente pela compreensão desse espaço onde se comunicava e onde se tornava público determinadas informações.

1.1.- Espaço público vs Espaço privado

A ideia de espaço público e privado é retroativa, ou seja, histórica, mas é com a ascensão da burguesia que a distinção entre estes dois espaços se torna mais visível. Anteriormente, o espaço público era limitado a determinadas pessoas, sendo que apenas estas poderiam interagir e participar neste espaço (pólis grega). Atualmente, já vemos o espaço público como a interação social onde todos, sem exceção embora com limitações, podem participar.

Hannah Arendt apresenta a distinção entre espaço público (esfera pública) e espaço privado (esfera privada). Neste sentido a esfera pública representa para Arendt o que é Comum, isto é, “... que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”¹. Isto significa que a produção de informação na esfera pública é maior do que na esfera privada, no entanto, esta produção de informação, tendo em conta a perspetiva da autora acima citada, pode incorrer, na atualidade, no risco de falsificação e descontextualização. Hannah Arendt salienta também uma segunda perspetiva sobre o conceito de público, desta vez a autora refere que “o termo «público» significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós...”. Na realidade, esta segunda caracterização do termo de público tem, na minha opinião, todo o sentido.

Hoje em dia, vive-se em função do que se vê e não do que se pretende ver na realidade, ou seja, é mais importante estarmos iguais aos outros do que sermos nós próprios. Vive-se numa luta constante por ter mais e melhor. Segundo esta caracterização, a produção de informação pode, na minha perspetiva, alterar os conceitos e atribuir novas definições na medida em que cristaliza determinadas modas bem como formas de observar e interpretar a realidade. Olhar o outro como todos olham é mais fácil que olhar de forma diferente, assim sendo, a produção de informação neste sentido pode também sofrer alterações de conteúdo já que não se consegue saber o que existe na realidade, aquilo que vemos pode não ser o que todos vêem, no entanto todos copiam, tornando a informação que passa mais forte dando a possibilidade de formar novos conceitos e novos ideais permanentes.

Quanto ao espaço privado (esfera privada), Arendt considera-o como “a propriedade”, o oposto de esfera pública, local onde se é privado de ser visto ou ouvido, neste sentido a esfera privada não produz informação, pois não estabelece com os outros uma relação comunicacional. A esfera privada aparece quase como sinónimo de riqueza ou ausência dela, tornando o homem existente nesta esfera como ser solitário não representando, portanto, a cristalização de conceitos. Embora a perspetiva de Arendt seja mais direcionada para o papel político do homem na sociedade (esfera pública), esta perspetiva apresenta diferenciação dos dois espaços, por um lado, a produção de informação e, por outro, a ausência dela, sendo que a primeira se encontra dependente da segunda, uma vez que o homem precisa de ambos os espaços para se tornar melhor. A contextualização do espaço público em Arendt admite a

¹ Arendt, Hannah (2001), *A condição humana*, Lisboa, Edições Relógio D’Água: p. 64

formação da realidade através deste espaço, isto é, para a autora, é o espaço público que constrói a realidade e é através dele que o homem se vê como ser social.

O espaço público e privado tornam o homem um ser social. Neste sentido, pode levantar-se a questão de a identidade pessoal ser individual ou coletiva, ou se a forma como o homem se apresenta é ou não criada por ele, isto é, se a identidade é uma construção pessoal ou criada pelos grupos sociais a que pertencemos.

Para Habermas², o espaço público é o local onde se formam opiniões verdadeiras e se torna legítimo o poder, um local onde se debatem ideias e se vinculam conceitos, local comunicacional onde se discutem os temas públicos sejam eles políticos, morais e até mesmo éticos. Tanto para Habermas como para Arendt, o espaço público transforma-se num local de criação e produção da informação, onde o processo comunicacional se torna fundamental para a sua realização. Um espaço público sem debate de ideias torna-se obsoleto, pois como o próprio nome indica, este espaço parece fazer antever uma socialização e participação ativa na sociedade. Atualmente, existe uma multiplicidade de espaços que passam também pela criação de informação: podemos ter o espaço visível e considere-se este como aquele espaço onde figuram as figuras públicas cuja vida é exposta, e os outros espaços públicos menos reconhecidos que envolvem todos aqueles que estabelecem um contato com os outros. Assim, na minha perspetiva, podemos ter espaço público a partir do momento em que existe um processo comunicacional. Também Habermas³ considera que o espaço privado pode ser um espaço público na medida em que está limitado a um espaço, por exemplo, às paredes de casa, no entanto, dentro deste espaço estabelece-se um processo comunicacional. “Incluída no domínio privado encontrava-se a autêntica esfera pública, dado que era uma esfera pública constituída por pessoas privadas.”⁴

Neste sentido, o espaço privado pode invadir o público embora a dificuldade seja maior, sendo possível, no caso das figuras públicas, através da pressão do grupo e da necessidade de controlo social.

É no espaço público que se constrói a realidade através do conjunto de interações que se estabelecem na sociedade. Estas interações dão lugar à formação das instituições que se foram mudando e atualizando ao longo do tempo. A formação destas instituições é feita através da cristalização de conceitos e nesta situação, caso a ideia não seja posta em prática, a cristalização não acontece, pois é necessário que inconscientemente a sociedade aceite e passe a fazer uso desse conceito para que ele se possa tornar real, assim, até uma mentira repetida se pode tornar verdade. Todo este processo leva ao armazenamento, à produção e à difusão da informação.

² Habermas, J. (1962, 1994), *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge, Polity Press:p.30

³ *Idem*

⁴ Habermas, J. (1962, 1994), *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge, Polity Press:p.30

Atualmente a distinção entre espaço público e privado é cada vez menos clara. Entende-se como espaço privado o local reservado à família, ao bem-estar entre “quatro paredes”, é um espaço desvalorizado pois a tomada de decisões remete apenas ao ambiente familiar. Atribui-se, portanto maior importância ao espaço público uma vez que é neste que as grandes decisões são tomadas e é neste que a importância do contato com os outros na tomada dessas decisões se torna relevante. O homem encarado como ser social e político tem uma participação ativa neste meio público demonstrando racionalidade e interesse nas questões mais diversas. A racionalidade é característica essencial no espaço público, segundo Habermas, o espaço público é uma representação da racionalidade do homem, pois é um local de debate e formação de opiniões verdadeiras.

Se analisarmos especificamente a produção da informação nos dois espaços, diz-se, sem sombra de dúvidas, que a produção da informação é maior no espaço público. No entanto e sob o meu ponto de vista, a produção da informação é mais verdadeira no espaço privado pois não se corre o risco de existência de variadas opiniões e a aceitação de ideais não necessita de repetição porque é mais facilmente aceite. No espaço público, para que uma ideia se torne realidade, tem de ser posta em prática, pois é a sua prática que a solidifica. No espaço privado, o social tem um papel diferente, não pretende criar e definir tantos conceitos, pretende sim estabilizar afetos, por outro lado, o espaço público pretende fixar ideias, o debate torna-se muito mais interativo e a divergência de ideias é muito mais comum.

A diferença entre o espaço público e o privado está também na preocupação da propriedade privada. O manter o que é nosso sem que os outros interfiram torna-se hoje em dia cada vez mais comum, até as figuras públicas que muitas vezes vêm a sua vida privada exposta a tudo e todos tentam ao máximo preservar, na medida do possível, o privado. Enquanto antes, segundo Hannah Arendt, se considerava o privado como sendo “destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana”⁵, hoje, considera-se o privado como um local sagrado onde fica reservada a nossa vida familiar.

Uma outra diferença entre estas duas esferas é precisamente a atribuição de *status*⁶ social, o público atribui esse status através da forma como a sociedade vê o homem - um homem muito conhecido ou com muitos conhecimentos transforma-se num homem com um *status* social elevado. O privado atribui, na minha perspetiva, um *status* natural, ou seja, no interior das paredes de casa consegue identificar-se quem é o/a “comandante” da família. No seio privado, pode considerar-se que existe uma atribuição de papéis em vez de atribuição de *status* social. Arendt refere que “o status, como diríamos hoje, satisfaz uma necessidade

⁵ Arendt, Hannah (2001), *A condição humana*, Lisboa, Edições Relógio D’Água: p. 73

⁶ **Nota:** “Status significa a posição social de um indivíduo, o lugar que ele ocupa na sociedade, e é um termo oriundo do latim. Status significa posição de pé, estado, situação ou condição, e é relacionado a um lugar ocupado por uma pessoa na sociedade. Status está sempre relacionado a destaque, prestígio, renome, e pode estar relacionado a economia também, por exemplo, um destaque econômico. Status é uma situação de uma pessoa, um estatuto privilegiado, determinado indivíduo tem um alto status.”

como o alimento satisfaz outra: a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma que o alimento é consumido pela fome.”⁷

Embora considere pessoalmente esta comparação de consumo elaborada pela autora um tanto ou quanto excessiva, se analisarmos o que se passa em torno da admiração pública, existem de facto pessoas que consideram essencial à sua sobrevivência esta admiração. Podemos então dizer que o espaço público proporciona ao homem aspetos que podem tornar a sua vida, segundo o seu ponto de vista, mais aliciante.

Após a análise acima elaborada, pode referir-se que estas duas esferas parecem tão distante como opostas, no entanto, existe nelas uma dependência, isto é, para que uma exista é necessário que a outra permaneça e vice-versa, resumindo, o espaço público corresponde ao que deve ser exibido e o espaço privado assume-se como o que deve ser ocultado.

A grande dificuldade da atualidade é precisamente manter esta exibição e esta ocultação, e muito embora considere a evolução tecnológica importante, esta transformou o conceito de publicidade em algo muito mais simples. Desta forma, é perfeitamente normal que a invasão da privacidade pela sociedade se tenha tornado um fenómeno de facto justamente porque é muito mais simples aceder-se, recolher-se e divulgar-se a informação a qualquer hora ou lugar. Esta função específica dos media (divulgação de informação) torna-se fundamental no veicular de representações sociais que, pelo poder que possuem em formar opiniões, podem perfeitamente construir novas representações.

É também no espaço público que se oferece ao homem a sua integração na sociedade. Este processo de integração social pressupõe, quase antecipadamente, uma normalização de ideais e conceitos. A facilidade de aceitação destas normas e conceitos facilita, posteriormente, a fixação daquelas e destes o que pode levar-nos a pensar que não somos totalmente livres e que toda a informação construída, bem como a identidade do individuo é influenciada pelo meio envolvente (espaço público).

Se anteriormente o espaço público poderia ser equiparado a um espaço político, ou seja, um local onde se debatiam as questões políticas e de cidadania que preocupavam os poderes políticos, atualmente o espaço público transformou-se num local onde não se diferencia as questões políticas das questões pessoais e onde se torna público (passando o pleonasma) todas as questões que inquietam as personagens deste novo conceito de espaço público.

⁷ Arendt, Hannah (2001), *A condição humana*, Lisboa, Edições Relógio D'Água: p. 71

1.2.- Fragmentação do espaço público

A conceção atual de espaço público distancia-se da conceção inicialmente formulada, que o entende como um espaço comum. Esta nova conceção pode ser interpretada como tendo duas dimensões, o espaço público físico, cuja interpretação se mantém na ideia base de local onde nos encontramos fisicamente com o outro; e espaço público digital onde é criada a figura da “criatura digital”⁸, que nos representa. Aqui se identifica a fragmentação do espaço público. O espaço público físico passa a ter menos relevância do que o espaço público digital. Nesta nova idealização de espaço público, as relações emotivas entre os sujeitos ficam mais evidentes, mas menos visíveis, o que torna mais fácil, enquanto criatura digital, expressar o que sentimos e pensamos, uma vez que se considera que as críticas não têm um impacto tão imediato. Na interação digital, não se consegue visualizar, fisicamente, as expressões que podem transmitir o positivo e o negativo. Desta forma, a criatura digital passa a representar a nossa identidade e a transmitir digitalmente aquilo que podemos ou não pensar. No espaço físico digital, além de se proporcionar um ambiente sem rodeios nem influências diretas das expressões, pode também proporcionar-se a facilidade de levar o outro a pensar que concordamos inteiramente com o que nos diz, quando, na realidade, podemos discordar completamente. A imediatez das expressões visíveis a “olho nu” torna-se supérflua dando-se lugar e crédito a expressões que se transmitem por bonecos ou caracteres que pretendem ser (viáveis ou não) aquilo que poderíamos ser pessoalmente. Vulgariza-se a veracidade e a timidez com que se pretende transmitir uma mensagem/informação para se valorizar a reação mediante de um caráter que se pretende ser a nossa imagem.

A sociedade contemporânea caracterizada pelo uso das novas tecnologias de informação leva-nos a crer que a linha que separa o público do privado é muito ténue dando a perceber que a conceção de espaço público tal como surgiu perdeu todo o seu sentido. Ao invés de considerarmos o espaço público o local onde as opiniões se formam em conjunto com o conhecimento e ideias transmitidas, poderemos ter de considerar este “novo” espaço público como o local onde as ideias se impõem e tornam próprias, onde se coloca o debate de parte para se vincar e veicular os ideais formulados pelo fácil acesso à informação. Resumindo, transforma-se o que era um espaço de debate num espaço de exposição de ideias e situações sem espera de resposta discursiva. Esta fragmentação do espaço público pode estar relacionada com a simplificação da liberdade de expressão, na sociedade atual, não se tem pudor ou medo de represálias com a exposição de ideais ou ideias o que torna cada vez mais difícil avaliar a veracidade dos conteúdos que nos são transmitidos. Esta simplificação de liberdade de expressão leva, quase obrigatoriamente, à simplicidade do discurso. Não se pretende saber mais sobre o que se está a debater, pretende-se, sim, apenas debater ou participar da opinião pública. A liberalização das várias formas de expressão, principalmente

⁸ **Criatura digital** - Redimensão do lugar cénico, Bruno Giesteira e João Mota, Universidade do Porto e Universidade de Aveiro (respetivamente)

no espaço público, foi uma imensa mais-valia uma vez que sem ela não se poderia transmitir pensamentos da forma que se pretende. No entanto, tem de se considerar que a facilidade com que os indivíduos transmitem aquilo que pensam dificulta a determinação da veracidade da informação por parte dos recetores. Numa sociedade onde o espaço público é cada vez mais público, pode cair-se no erro de transmitir informações sem ter a preocupação de considerar/avaliar a veracidade do que se diz.

Com esta nova conceção pode cair-se no erro de pretender apenas transmitir a informação desejada no menor curto espaço de tempo, com a melhor capacidade de síntese para que a informação chegue ao recetor o mais rápido possível. Assim pode suceder prejudicar-se o conteúdo da informação para se valorizar a rapidez de transmissão.

A liberdade de expressão implica também que se questione e dê valor às diversas opiniões que nos rodeiam. No entanto, a nossa sociedade está mais preocupada com a plebeização da informação que é transmitida do que com o seu questionamento crítico. Como Platão salientou no *Fédon*, o debate deve ser aberto, não devemos manter-nos no silêncio nem deixarmos que nos influenciem.

“Se me aceitardes um conselho, concedei pouca atenção a Sócrates, porém, muito mais à verdade: se vos parecer que há verdade no que eu digo, concordai comigo; caso contrário, resisti quanto puderdes”⁹

Esta liberdade proporcionada pelo espaço público digital atribui um determinado poder ou, melhor dizendo, pode aparentar atribuir um determinado poder quando, na realidade, os indivíduos parecem ser meras marionetas no caminho que a informação pretende traçar. A difusão de uma aparência de poder é intencional. O objetivo da transmissão dessa informação é alcançar o maior número de pessoas no menor espaço de tempo, obrigando a que esta mesma transmissão seja efectuada de uma forma específica e delineada. A forma como a informação é transmitida está perfeitamente trabalhada para que essa mesma mensagem seja difundida de forma eficaz. É aqui que a intenção do poder reside, ou seja, os emissores assim o desejam e, por conseguinte, o ponto de partida da informação já tem em conta, de uma forma relativamente previsível qual será a tendência das reações do conjunto de indivíduos que acedam à informação. Quando se compreende o resultado final, e se essa mesma mensagem tiver sido a pioneira, o resultado final é indicativo de como as pessoas poderão reagir caso outra nova informação similar seja transmitida. Nos casos a que diariamente assistimos, nomeadamente os casos de solidariedade social, angariação de fundos ou ajudas, de antemão, conseguimos prever o resultado de determinado fluxo de comunicação, pois o conhecimento de outros casos permite-nos formular hipóteses, como se de “prever o futuro” se tratasse.

⁹ Vide in <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAg0PQAI/platao-a-imortalidade-alma-fedon?part=6> em 7 de Novembro de 2014

Nesta perspetiva pode colocar-se a questão, a vontade em realizar determinada ação parte de nós ou inconscientemente é influenciada? Max Weber¹⁰ refere:

“in general, we understand by “power” the chance of a man or of a number of men to realize their own will in a communal action even against the resistance of others who are participating in the action”¹¹

Weber¹² considera que as ações são determinadas por quem as pratica, mas, na realidade, no mundo cibernauta, é praticamente impossível não sermos diretamente influenciados pelo que nos aparece na tela do ecrã. Aliás, todas as nossas ações online são registadas para que a informação que nos vai aparecendo seja feita de acordo com as nossas pesquisas e interações com os demais utilizadores. Desta forma, pode considerar-se que se a nossa ação ou liberdade não for condicionada pelos outros na forma de “quase obrigação” é condicionada porque em determinado momento efetuamos uma pesquisa sobre um determinado assunto. A questão não é esconder a verdade mas sim a dificuldade em fugir dessa mesma verdade.

Para Habermas¹³, no entanto, o espaço público é considerado como o espaço onde se formam opiniões e se garante a legitimidade do poder, o que significa que o espaço público serve de ponte entre a sociedade e o individuo e estabelece ou regula as questões práticas e políticas. Nestas duas concepções anteriormente referidas, verifica-se que o poder político detém, de certo modo, a atenção maior do espaço público, no entanto, com a evolução do tempo essa ideia foi perdendo a sua força e neste momento, o espaço público não serve apenas para a discussão de conceitos políticos.

A diversidade social contemporânea, uma vez que vivemos numa sociedade cada vez mais multicultural e globalizada, implica uma divisão nos meios de comunicação social colocando o uso da internet como primordial. Assim,

“De certa forma, a Internet estava destinada a ser um meio social desde o começo - aberta, sem regulação, extensível e imprevisível. (...). Para o fazer, a Internet torna possível que um vibrante universo social surja impulsionado pela paixão de milhões”¹⁴

A internet torna-se então um espaço aberto onde todos os que por ali passam podem expor as suas considerações. Transforma-se no maior meio de transmissão de mensagens com

¹⁰ Jordan, Tim (1999), *The culture and politics of cyberspace and the internet*, Londres, Edições Routledge: p. 10

¹¹ Jordan, Tim (1999), *The culture and politics of cyberspace and the internet*, Londres, Edições Routledge: p. 10

¹² *Idem, ibid.*, loc. cit.

¹³ Habermas, J. (1962, 1994), *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge, Polity Press: p.30

¹⁴ Rodrigues, C, (2006), “Blogs e a Fragmentação do espaço público”, Universidade da Beira Interior, pág: 10

relevância no processo comunicacional e também no maior sistema de armazenamento de informação na medida em que toda a informação que seja colocada ou disponibilizada online não desaparecerá.

Com a evolução da internet deu-se também o desenvolvimento do conceito de ciberespaço que, entre várias definições indica, na forma de senso comum:

“Hoje em dia conhecemos um novo espaço de leitura e escrita. As letras - concretas e palpáveis - transformaram-se em bytes digitais; a página em branco é o campo do monitor; a caneta é o teclado. Há, agora, uma estranha separação entre o nosso corpo (real) e o texto (virtual). Até que seja impresso (atualizado), o texto pode ficar indefinidamente nessa virtualidade. É um novo modo de lidar com a escrita, característico de um momento que alguns denominam pós-moderno e outros cibercultura (Ramal, 2002). O ciberespaço é definido como um mundo virtual porque está presente em potência, é um espaço desterritorializante. Esse mundo não é palpável, mas existe de outra forma, outra realidade. O ciberespaço existe em um local indefinido, desconhecido, cheio de devires e possibilidades. Não podemos, sequer, afirmar que o ciberespaço está presente nos computadores, tampouco nas redes, afinal, onde fica o ciberespaço? Para onde vai todo esse “mundo” quando desligamos os nossos computadores? É esse caráter fluido do ciberespaço que o torna virtual.”¹⁵

Este ciberespaço, tido aqui como espaço público digital, não é regulamentado, por conseguinte, transmite aos indivíduos que o usam uma sensação de poder, esta sensação de poder pode levar ao *flaming*¹⁶ uma vez que a desregulação pode levar os indivíduos a comportarem-se, a fazer e a dizer coisas que lhe estariam vedadas ou dificultadas na vida *offline*¹⁷.

“O papel da Internet como espaço público para cada cidadão (contra um espaço somente para profissionais, por exemplo) está sendo moldado por duas características aparentemente contraditórias: a Internet é, ao mesmo tempo, onnipresente e pessoal. O ciberespaço, diferentemente dos meios de caráter tradicional (radiodifusão, telefonias, indústria editorial, distribuição) e os tradicionais espaços públicos no mundo físico (o Centro de Boston, o Aeroporto Logan, a biblioteca metropolitana, a estação do trem etc.)

¹⁵ Vide in http://www.dgz.org.br/jun07/Art_03.htm em 24 de Abril de 2015

¹⁶ Nota: interação hostil entre usuários da internet, através de mensagens ofensivas.

¹⁷ Nota: termo usado para designar o desconnectado do mundo digital.

permitem que a cidadania encontre novas formas para interagir econômica, política e socialmente (Camp & Chien: 2000).”¹⁸

Esta fragmentação do espaço público veio absorver a atenção das pessoas, estas passam a preferir seguir a informação através dos meios em que a informação chega mais rápida e mais fácil. Poderá até dizer-se, na minha perspectiva, que a sociedade contemporânea se tornou uma sociedade comodista que trocou o esforço pela velocidade e, neste caso específico, pela rapidez de um clique.

Esta rapidez de acesso à informação transforma o discurso utilizado na possibilidade de criação de memória coletiva. Como a informação está acessível a todos, é possível recordar um conjunto de notícias e factos históricos pelo qual os indivíduos em causa não passaram, mas, que por acederem ao acervo de informação, têm uma memória construída desse marco histórico. Esta memória histórica coletiva é usada na atualidade para cristalizar o discurso através da fixação de ideias e possui duas características essenciais: é unificadora, na medida em que pode agregar um povo num discurso único; e é também simplificadora, pois a construção social da realidade com o discurso social produz uma indexação classificativa que atribui categorias às coisas, agrupando-as conforme chaves de codificação indexada. Esta memória coletiva revela-se importante na transmissão da informação e no estabelecimento de uma ligação com o passado.

¹⁸ Delabre, R, (2009), “A rede, amplo território de intercâmbio e socialização”, *Internet como expressão e extensão do espaço público*, pág: 74.

Capítulo 2 - Abordagem psicológica

A abordagem psicológica do espaço público digital centra-se principalmente nas características que identificam os indivíduos participantes deste mundo cibernauta. Quando se fala em espaço público digital na contemporaneidade, obrigatoriamente ter-se-á de falar nas redes sociais digitais que estão tão em voga atualmente, de que são exemplos o Facebook ou o Twitter. A mera enunciação de todas as redes sociais disponíveis perderia a relevância discursiva pela submersão na sua imensidão.

Todas estas redes sociais pretendem que os indivíduos comuniquem entre si e, neste sentido, podem ser consideradas como fontes de informação e intermediárias no processo de comunicação. Mas, se na vida offline podemos reconhecer-nos por determinadas características físicas visíveis, nas redes sociais digitais somos reconhecidos por outras características, genericamente discursivas, que nos particularizam e nos identificam para os outros.

As consequências das nossas ações no mundo virtual podem ter repercussões na nossa vida real. A fragmentação do espaço público levou à criação de duas realidades: uma em que vivemos enquanto ser físicos e outra em que vivemos enquanto criaturas digitais ou imagem virtual. É nesta criação da imagem virtual e nos problemas que nela se desenvolvem que esta abordagem pretende focar-se. Hoje em dia, vemos muitos casos de transposição do mundo/realidade virtual para o mundo real/ realidade física.

2.1. Conceito de identidade online

O conceito de identidade é bastante complexo, uma vez que não tem um significado unívoco, na verdade, pode apresentar diversas dimensões, como, por exemplo, identidade social ou identidade pessoal. O termo identidade é proveniente do “latim *identitas* e corresponde a um conjunto de características de um indivíduo ou comunidade”¹⁹.

Na sociedade contemporânea, tendo em consideração a realidade da vida quotidiana em Portugal, os indivíduos são identificados legalmente pelo cartão de cidadão, e pelos outros. Esse reconhecimento é feito através das características que apenas cada um apresenta, seja a cor do cabelo ou dos olhos, a altura, e todas as pormenores físicos reconhecíveis. No caso da identidade online é o próprio indivíduo que se define, ou seja, é ele que disponibiliza a informação que quiser e da forma que quiser.

Embora sejam conceitos contíguos, as expressões identidade *online* e identidade digital não definem as mesmas realidades. No entanto, a sua proximidade conduz muitas vezes a uma utilização confusa e indistinta entre os dois. Enquanto o primeiro, de que se dará conta neste capítulo, consiste na nossa identidade enquanto indivíduos pertencentes a um grupo de utilizadores da internet, o segundo conceito, identidade digital, refere-se à identificação do indivíduo no mundo digital, isto é, à forma como a identidade pessoal²⁰ se apresenta no mundo digital. Vejamos a seguinte situação: as autoridades portuguesas desenvolveram um novo documento de identificação - Cartão de Cidadão -, e este cartão possui a nossa identificação em dados digitais²¹, ou seja, toda a nossa informação que se relaciona com os organismos do Estado se encontra nesse cartão e através do chip²², e das informações ali contidas, as entidades públicas que dela necessitem.

Uma vez que o conceito de identidade *online* é construído pelo utilizador online pode corresponder às características que o utilizador disponibiliza online como também à sua participação no mundo online, seja em blogs ou em círculos de debate, digamos que a identidade online corresponde à impressão deixada pelo utilizador nos locais onde participa. No mundo online a identidade pode ser vista como problemática já que ao permitir ao utilizador a escolha da informação que disponibiliza, esta fica obviamente dependente do seu critério. Ora, se o utilizador consegue criar a sua identidade online ele pode criar mais do que uma, pode criar perfis falsos, pode criar e disponibilizar toda a informação que ele desejar. Este momento, o da criação da sua identidade, é aquele que pode revelar-se mais problemático. O avanço tecnológico proporcionou a possibilidade de acesso a esta informação a quase todos os que “circulam” no mundo online, cada vez mais o número de utilizadores da

¹⁹ Vide in <http://conceito.de/identidade> em 10 de Setembro de 2015

²⁰ **Identidade pessoal** refere-se ao conjunto de características que uma pessoa apresenta ao longo do tempo.

²¹ **Dados digitais:** correspondem à informação não física de conteúdos.

²² **Chip:** é um dispositivo microeletrónico que consiste de muitos transístores e outros componentes interligados capazes de desempenhar muitas funções. Suas dimensões são extremamente reduzidas, os componentes são formados em pastilhas de material semicondutor.

internet tem vindo a aumentar. Veja-se o caso de Portugal, segundo um estudo realizado pela *Marktest*²³

“Os resultados do *Netpanel meter* da *Marktest* revelam que, em 2013, 5,7 milhões de portugueses navegaram na Internet a partir de computadores pessoais. Durante o ano de 2013, 5 710 mil portugueses com 4 e mais anos navegaram na internet a partir de computadores pessoais, de acordo com os resultados do *Netpanel meter* da *Marktest*, um valor que corresponde a 98.4% do universo em análise. Mensalmente, o valor máximo de internautas foi observado em Novembro, com 5 363 mil.”²⁴

Com os valores acima apresentados, pode considerar-se que a utilização da internet como sistema intermediário de informação se tornou um fenómeno social disseminado de tal forma que para determinados indivíduos se torna difícil conseguir distinguir a sua identidade offline da online. A linha que separa estas duas identidades é de tal forma fina que pode facilmente entrar-se em desequilíbrio.

“[...] o indivíduo nas redes sociais é marcado pelo uso do nome (o que dá o tom da particularidade) - ‘A manipulação do nome, o nome “artístico”, a supressão de sobrenomes, os apelidos etc., são formas de enfatizar ou marcar a individualidade, de sublinhar a particularidade” (VELHO, 1999, p. 25).”²⁵

Assim, quando se cria um perfil/identidade online pretende-se mostrar o que se é na realidade ou apenas o que se pretende que os outros querem conhecer? Na minha perspectiva, a criação de uma identidade online, principalmente nas redes sociais, tem como ponto de partida a afirmação da existência nessa rede social, talvez influenciado pela que o rodeia.

Surge depois outro problema também já abordado entre a comunidade de psicólogos²⁶ que é precisamente a questão do desenvolvimento psicossocial dos jovens. Até uma determinada idade não se pensa nas consequências que as acções presentes podem ter no futuro e de certa forma a criação da identidade online entre os mais jovens pode precisamente ilustrar a afirmação da irreverência que a sociedade contemporânea classifica discursivamente como uma característica indissociável da juventude. Cada vez mais se vêem jovens acompanhados pelo seu telemóvel ou tablet numa mesa de café, em companhia dos seus pares, no entanto, observa-se a falta de comunicação verbal e o contato visual entre

²³ **Markest**: grupo constituído por várias empresas especializadas na área de estudos de mercado e processamento de informação. A Actividade do Grupo abrange vários importantes segmentos como a medição de audiências de meios, monitorização de investimentos publicitários, estudos regulares (barómetros) nas áreas das Telecomunicações, Banca, Seguros, Distribuição Moderna, Painéis na área da Internet e estudos de pricing e auditoria de retalho.

²⁴ Vide in <http://www.marktest.com/wap/a/n/id-1cad.aspx>

²⁵ Garlet, N, Mortari, E, (2011), “O indivíduo, o espaço público e as redes sociais digitais: diálogos e problematizações”, Redes Sociais, Comunicação, Organizações pág: 6

²⁶ Vide in <http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/efeitos-negativos-meios.html>

todos, causando uma certa estranheza essa aparente falta de interação pessoal. O conceito inicial de sociedade, do qual se entenderia “a convivência e a atividade conjunta”²⁷, comparado com o conceito de sociedade atual revela-se irrelevante na medida em que a sociedade atual é uma sociedade de informação direcionada e de certa forma dependente das novas tecnologias.

Esta questão da identidade online reflete-se também na questão da autoridade. Se na sociedade burguesa oitocentista a palavra era genericamente detida por quem também detinha o poder, já na sociedade atual informatizada contemporânea, quem detém o poder, no mundo online é principalmente quem tem uma identidade com mais audiência isto é, quem tem nos seus perfis mais seguidores e quem melhor faz e fala no mundo digital. No entanto, esta questão pode revelar-se perigosa na medida em que quem detém mais voz no mundo online nem sempre é um bom exemplo a seguir.

No entanto, nem tudo é negativo no processo de formação das identidades online. Estas podem servir como meio propulsor para a capacidade de conversar, de ultrapassar obstáculos fisicamente intransponíveis. Como refere Lemos:

“[...]O ato de se conectar ao ciberespaço sugere versões dos ritos de agregação e de separação, onde a tela do monitor possibilita a passagem a um outro mundo. A tela é a fronteira entre o individual e o coletivo, entre o orgânico e o artificial, entre o corpo e o espírito [...] de um social marcado pelo indivíduo autônomo e isolado ao coletivo tribal e digital (LEMOS, 2004, p. 131).”²⁸

Com a aproximação do indivíduo às redes sociais e ao mundo internauta, deu-se também a aproximação do indivíduo ao espaço público podendo acarretar uma má gestão da vida pessoal. No mundo digital, tudo se torna público, ou seja, todos os indivíduos estão desprotegidos dos olhos e das opiniões dos outros, que podem criticar comentar e influenciar o comportamento. De certa forma, existe ainda um desconhecimento do comportamento que se deve ter, principalmente entre os mais jovens, no espaço público digital. Os mais jovens não têm em conta o futuro, apenas mostram interesse no presente, deixando a sua vida exposta, através dos comentários e post colocados. No entanto, o tipo de linguagem utilizada, os comentários que se fazem e os post que se colocam podem, num futuro próximo, serem determinantes na avaliação, por exemplo, de uma entidade empregadora no momento da procura de trabalho. A forma inconsciente como se regula a identidade online levanta inúmeras questões sobre a forma como se deve fazer a gestão da própria identidade. Atitudes que podem parecer insignificantes no presente podem revolucionar o futuro.

²⁷ Vide in <http://www.significados.com.br/sociedade/> em 28 de Abril de 2014

²⁸ Garlet, N, Mortari, E, (2011), “O indivíduo, o espaço público e as redes sociais digitais: diálogos e problematizações”, Redes Sociais, Comunicação, Organizações pág: 6

2.2. Gestão da identidade online

A gestão da identidade online pode ser caracterizada por uma gestão eficaz e por uma gestão insuficiente dependendo da compreensão que se tem da nossa intervenção no novo conceito de espaço público. Se, por um lado, se imagina o espaço público como um local de acesso a todos, tem-se então o cuidado de usar todas as ferramentas possíveis para que a nossa intervenção online não chegue a todos da mesma forma. Mas se, por um lado, não se tem essa percepção, incorre-se no erro de pensar que o conteúdo disponibilizado pelo indivíduo se limita ao número de seguidores no nosso mundo. É nesta percepção que os problemas surgem e podem, até, manifestar-se na vida offline.

“Essa não percepção do amplo público que se tem nas redes sociais digitais pode ser explicada a partir do modelo panóptico de Foucault²⁹ (2008), no qual os vigias são invisíveis aos olhos do sujeito. Da mesma forma, nas redes sociais digitais, sabe-se que há alguém observando os atos de alguém, porém nunca se sabe quem são esses indivíduos. E, por não se saber quem são esses vigias, é que não se tem a real dimensão do alcance que pode ter um perfil em uma rede social digital.”³⁰

Na criação da identidade online, o indivíduo escolhe o elemento que quer colocar nessa mesma identidade, desta forma, pode identificar o local onde trabalha, a sua localidade e uma quantidade de informação que ele pretender disponibilizar aos restantes olhares internautas. Dependendo da informação que o indivíduo disponibiliza pode ou não revelar consequências na vida real. Vejamos a situação seguinte:

“Da mesma forma, além de prejudicar sua imagem, quando o indivíduo posta algum conteúdo impróprio ou pejorativo em seus perfis, ele também está prejudicando a imagem da organização que representa. Isso porque apesar de o perfil ser individual e pessoal, no momento em que aquele indivíduo representa uma organização, ele não pode mais considerar que apenas a sua imagem está ali. Isso acontece especialmente com indivíduos que tem posições representativas dentro da organização, como cargos de gerência. Se esse indivíduo definir em seu perfil que trabalha para a organização X ou que é editor do jornal Y, essa situação se agrava ainda mais. Nesse caso, no momento em que outros indivíduos estiverem analisando aquele perfil e forem contrários a determinado material ali existente, no

²⁹ **Modelo panóptico de Foucault** consiste na permanente observação, através de uma torre colocada no meio do modelo arquitetônico. Dentro de essa torre estaria um vigia que poderia ver mas não ser visto.

³⁰ Garlet, N, Mortari, E, (2011), “O indivíduo, o espaço público e as redes sociais digitais: diálogos e problematizações”, Redes Sociais, Comunicação, Organizações pág: 10

mesmo espaço eles encontrarão o nome da organização e passarão a associar aquele ideal como sendo da organização também.

É claro que isso não acontecerá em todos os casos, visto que não se é totalmente influenciável, pelo que se vê ou lê, nos sites de redes sociais digitais. Porém, é mais fácil para o indivíduo dizer que o gerente da empresa X afirmou que é contra a reciclagem, por exemplo, do que dizer que o indivíduo X disse isso. Pode-se afirmar isso porque é mais fácil para os demais indivíduos saberem qual é a empresa X do que saberem que o indivíduo X é o gerente dessa empresa. É uma forma de facilitar o entendimento pelos demais.”³¹

Considera-se, portanto, segundo a citação acima enunciada, que o conteúdo que disponibilizamos aos outros se torna identificativo da nossa vida online. Assim, todo e qualquer tipo de conteúdo postado é considerado como identificador do indivíduo, uma vez que da mesma forma que o indivíduo constrói o seu perfil, também é o indivíduo que dá a informação aos outros sobre a identidade pela qual quer ser (re)conhecido. Decorre, por conseguinte, que a gestão da identidade é feita pelo próprio indivíduo tendo em conta a percepção que o mesmo tem sobre a informação que disponibiliza. Pode também comparar-se a gestão da identidade online com os jornais físicos, também eles são identificados pela informação que disponibilizam. Por exemplo, conseguimos identificar que o jornal “A Bola” é um jornal desportivo porque a informação que disponibiliza é sobre desporto, da mesma forma que podemos indentificar o Jornal “Correio da Manhã” como sendo um jornal sensacionalista uma vez que a informação disponibilizada visa tocar os leitores pelas sensações que produz.

Na gestão da identidade online pode dizer-se que não existe um mecanismo regulador, ela é regulada e criada pelo próprio indivíduo, não interessa se a informação colocada é verdadeira ou falsa, o indivíduo pode até criar um falso perfil de forma a afastar da sua realidade física a sua realidade virtual.

Outra questão a ter em conta na gestão da identidade é a permanência dos dados, mas mais à frente nesta dissertação esta dimensão será tratada com mais detalhe. No entanto, neste ponto tem de se considerar a permanência da informação no mundo digital. Os dados que disponibilizamos online, mesmo depois de eliminados, não são permanentemente excluídos, o que significa que embora possamos eliminar a informação sobre a nossa identidade, ela não é excluída em definitivo, através de componentes e conhecimentos informáticos consegue-se recuperar novamente a informação. No caso das redes sociais digitais, nenhuma delas elimina em definitivo o perfil criado, o que significa que embora o utilizador não esteja visível para outros, a informação permanece no mundo virtual podendo ser recuperada e reutilizada em qualquer momento.

³¹ Garlet, N, Mortari, E, (2011), “O indivíduo, o espaço público e as redes sociais digitais: diálogos e problematizações”, Redes Sociais, Comunicação, Organizações pág: 11

2.3. Privacidade Digital

Muitas são as questões que se podem colocar em torno da privacidade digital, mas a principal questão centra-se no conteúdo que se deve disponibilizar online. A privacidade digital consiste principalmente no controlo da informação que pode ou não colocar-se disponível para outros. Para lembrar que esta questão da privacidade digital está intimamente relacionada com a questão da identidade online, note-se que a informação que se disponibiliza é da responsabilidade de cada utilizador da internet. Desta forma, e com a evolução da internet foram sendo postos ao dispor do utilizador sistemas que permitem bloquear determinadas informações. No entanto, e na minha perspetiva são ainda insuficientes, vejamos o caso do facebook. O facebook é uma rede social (definição desmitificada no início deste capítulo) onde se cria um perfil digital/identidade digital, e onde se podem publicar fotografias, vídeos, textos, praticamente tudo aquilo que o utilizador pretender. Existem, no entanto, opções específicas para que o utilizador bloqueie, por exemplo, as fotografias em que o identificam. Até aqui parece funcionar de forma correcta o conceito de privacidade digital, mas por vezes essa ferramenta não funciona corretamente, isto é, muitas vezes e embora se tenha essa opção ativada, os “amigos” na rede social podem postar fotografias ou qualquer outro tipo de informação com o utilizador ou sobre o utilizador e ela aparecer acessível a todos sem que seja dada a autorização. Daqui surge um problema: se o utilizador pretende controlar a informação que é colocada online, como pode não funcionar uma ferramenta cujo objetivo é precisamente controlar essa informação? De que forma se podem controlar os outros? O utilizador pode controlar-se na medida em que selecciona a informação que pretende que esteja disponível, mas no que diz respeito aos outros e à sua interação social no mundo físico ele não as consegue controlar de forma eficaz. Há ainda outra questão relativamente a esta rede social. Nela podem ser disponibilizadas fotografias, obviamente por vontade expressa do utilizador, e no entanto, considerando que ele criou a sua identidade digital verdadeira e disponibilizou, pelo menos, a fotografia de perfil. Segundo as definições do *software*, mesmo que ele tenha ativado a opção de controlo de privacidade, essa fotografia pode ser copiada por outra pessoa para criar um novo perfil.

Surge ainda outra questão importante nesta temática, a questão dos falsos perfis, que podem ser criados pelo próprio utilizador ou por qualquer outra pessoa que tenha acesso a alguma informação de um determinado utilizador.

Estes aspetos acima enunciados revelam que a questão da privacidade na era digital em que nos encontramos é muito frágil, enquanto no espaço público tradicional, a privacidade começava quando os indivíduos se encontravam no seu espaço privado (nas suas casas). Neste momento pode chegar a pensar-se que mesmo em casa, que seria um local ao qual supostamente ninguém teria acesso livre, poderemos estar a ser alvo de invasão de privacidade ou até ser o indivíduo a disponibilizar a informação aos outros. Com a evolução

tecnológica e com o fácil acesso às novas tecnologias toda a informação pode ser encontrada, bastando para isso ter acesso à rede.

Toda a tecnologia pode ser vista como benéfica na medida em que o acesso a ela é consciente e comedido ou pelo menos ponderado, mas, se eventualmente se faz um uso abusivo e desmesurado da mesma, incorre-se no erro de disponibilizar demasiada informação, o que leva a pensar que a privacidade na era digital se torna praticamente impossível de alcançar.

“Indiscutivelmente que hoje geramos quintilhões de dados por dia e, queiramos ou não, estamos sob constante vigilância. Sabemos que nossas ações são monitoradas quando usamos nossos cartões de crédito, quando usamos nossos celulares e smartphones, quando fazemos buscas na Web ou quando acessamos um site. No Rio de Janeiro, por exemplo, estima-se que existam cerca de 700 mil câmeras instaladas nas ruas, prédios, condomínios, bancos, supermercados etc, que de alguma forma gravam nosso dia a dia. O Facebook armazena, em média, cerca de 111 MB de informações sobre seus usuários.”³²

A privacidade digital passa essencialmente pelo controlo que o utilizador tem na disponibilidade de informação, assim o utilizador deve:

- “Não publique informações on-line que não gostaria de tornar públicas.
- Minimize a quantidade de dados que o identificam ou que revelem a sua localização.
- Mantenha confidenciais os seus números de conta, nomes de utilizador e palavras-passe.
- Partilhe apenas o seu endereço de correio electrónico principal ou nome de Mensagem Instantânea (MI) com as pessoas que conhece ou com organizações reputadas. Evite indicar a sua morada ou nome em directórios da Internet e sites de anúncios de emprego.
- Introduza apenas as informações necessárias – frequentemente nos campos assinalados com um asterisco (*) – em formulários de registo ou outros formulários.”³³

³² Vide in

https://www.ibm.com/developerworks/community/blogs/ctaurion/entry/privacidade_em_tempos_de_big_data?lang=en em 7 de Novembro de 2014

³³ Vide in <https://www.microsoft.com/pt-pt/security/online-privacy/prevent.aspx> em 7 de Novembro de 2014

2.4. Democracia e Liberdade Digital

No espaço público digital, o conceito de Democracia e liberdade estão associados aos blogs, às redes sociais e às plataformas que permitem a participação dos cidadãos nos assuntos de interesses públicos. José Casegas no seu artigo “A democracia Digital e a Redefinição do Espaço Público” cita Cardon referindo que:

“A internet ensinou-nos que, para alargar o círculo da expressão pública, é necessário tolerar os enunciados na primeira pessoa, os pontos de vista assumidos, as vozes irrisórias, os pontos de vista, as afirmações peremptórias, os comentários ousadas, poéticos, maníacos, engraçados e vibrantes”³⁴

A citação acima faz antever uma liberalização do espaço público digital e uma falta de hierarquização desse mesmo espaço transformando-o em local de discussão onde se alargam possibilidades e intervenções.

Esta transformação pode tornar o individuo num ser sem sentido de viver, isto é, a influência que os novos meios de informação fazem sobre os individuos podem levar a que os seus interesses passem a ser direcionados para a sociedade de consumo atual. O desinteresse nas questões políticas que pressupõem uma melhoria nas condições da sociedade civil podem transformar o individuo num mero robot que se movimento à medida que a informação vai chegando.

Com a transformação da sociedade contemporânea o individuo vê-se, de forma inconsciente, rodeado de propagandas de marketing e publicidade que o bombardeiam e o desviam do seu saber-viver. A sociedade atual é consumista na medida em que perde a sua capacidade de decisão e escolha, já que se vê rodeada de informação que o influencia. Isto não significa que anteriormente o individuo não estivesse rodeado de informação que o pudesse influenciar mas, atualmente, os meios de comunicação que o rodeiam tornam essa possibilidade mais relevante.

É desta forma que se pode manifestar a grande diferença entre o binómio inicial de democracia-liberdade com o binómio democracia digital-liberdade digital. Este último binómio implica de certa forma a participação em blogs e redes sociais que permitem a divulgação da informação por parte dos partidos políticos aos seus seguidores. Casegas no artigo acima citado, refere Stiegler com a afirmação:

³⁴ Casegas, J (s.d), “A Democracia Digital e a Redefinição do Espaço Público”, Universidade de Évora

“Os blogs são a base técnica de uma nova forma de amotorat, isto é, de *philia*³⁵, na medida em que permitem formar um novo tipo de transindividuação que assenta na participação de cada um na transformação do novo tipo de meio associado”

Tendo em consideração a citação acima enunciada pode referir-se que os blogs servem então como meio para a transmissão de informação. São, de certa forma, as “novas assembleias” ou os novos locais onde a participação democrática se efetiva.

A democracia digital é então um local onde os partidos políticos podem transmitir os seus ideais e onde podem debater as suas opiniões. Transforma-se num conceito amplo pois pode remeter-se a uma minoria política, que faz uso da internet para expôr os seus ideais, pode também referir-se ao local onde o partido possui o seu “sitio”³⁶ na internet, ou ainda às ferramentas que o governo disponibiliza aos cidadãos, por exemplo, em Portugal, podemos receber o Diário da República no email.

Tal como o conceito inicial de democracia implica o conceito de liberdade, também a democracia digital implica a liberdade digital. Mas é necessário salientar que existe uma diferença entre as duas perspetivas. Se a liberdade no conceito de democracia (tal como nasceu) é uma liberdade regulada pelas entidades competentes, na segunda interação Democracia digital-liberdade digital, a regulação já é mais limitada. Tal como foi refecenciado nos temas anteriores na questão da privacidade digital, também aqui não existe uma regulação tão eficaz na gestão da manifestação das opiniões.

A liberdade digital implica:

“O direito de toda pessoa utilizar tecnologia da comunicação e informação através da redução de barreiras e custos, além de promover a utilização por todos. O acesso universal inclui um conjunto variado de direitos como, por exemplo, o direito de pessoas com deficiência utilizarem a tecnologia da comunicação e a Internet e também receber o equipamento necessário, ou então o direito da criança que vive em zonas rurais ou em áreas carentes de ser educada a respeito de tecnologia da informação.”³⁷

Pedro Magalhães refere na notícia «Eu digital: “Há um preço a pagar pela liberdade de expressão”» na edição online do Jornal de Notícias de 08 de Junho de 2015:

“A comunicação online traz um imediatismo que é completamente diferente das anteriores maneiras que utilizávamos para comunicar. Online, as

³⁵ *Philia*: termo grego que significa “amor” ou “amizade”. Segundo Aristóteles, no livro *Retórica*, *philia* pode referir-se como: “querendo para alguém o que se pensa de bom, e por sua causa e não pelas nossas próprias, e assim estar inclinado, tão tempo quanto puder, fazer tais coisas por ele” (1380b36-1381^a2)

³⁶ “Sitio” refere-se ao local em que a página do partido se localiza. Na linguagem da internet refere-se ao URL (endereço) da página.

³⁷ Vide in <https://pt.globalvoices.org/2013/04/03/liberdade-digital-principios-e-conceitos/> em 29/09/2015

peçoas, por vezes, entram em conflitos desnecessários, pois a comunicação escrita online propicia e pode gerar polarização e conflito. (...) As peçoas tendem a escolher coisas com as quais concordam. Hoje em dia, têm uma capacidade grande de selecionar a informação que recebem e compor uma "dieta" de informação. Uma das alegadas consequências disso pode passar pela tendência das peçoas ficarem cada vez mais isoladas. As peçoas, assim, criam ilhas de opinião, o que é paradoxal, pois há tanta informação... As peçoas podem fazer tantas escolhas que acabam por ficar isoladas. Há que pensar no lado "claro" e no lado "escuro" do Online. Há questões de privacidade importantes para discutir". Há empresas, como a Google ou o Facebook, que sabem tudo o que fazemos. E as peçoas, hoje em dia e voluntariamente, abdicam da sua privacidade para poderem usufruir dos benefícios que essas empresas lhes dão."³⁸

A liberdade digital tranforma-se segundo a perspectiva de Pedro Magalhães num conceito ambíguo que pode levar por dois caminhos. Se por um lado é vantajoso para o individuo ter acesso a toda a informação e poder na internet manifestar a sua opinião, por outro lado a liberdade retira ao individuo a privacidade e individualidade. Esta facilidade de aceder à informação requer dos internautas uma predisposição para disponibilizar informação pessoal em troca de acessibilidade a determinadas aplicações.

Desta forma pode dizer-se que embora na internet os individuos possam expressar-se de forma não regulamentada, sem consequências das entidades reguladoras (o mundo da internet não possui essas entidades), a forma como o fazem e a inconsciência dessa acção pode, eventualmente, trazer prejuízos para os mesmo.

“A pretensão da comunicação à universalidade (comunicar com todos sem barreiras) é um pressuposto ideológico que confunde a massificação com a sua institucionalização sob a aparência de um modelo contributivo.”³⁹

³⁸ Vide in http://www.jn.pt/Paginalnicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=4604776 em 29/09/2015

³⁹ Casegas, J (s.d), “A Democracia Digital e a Redifinição do Espaço Público”, Universidade de Évora

Capítulo 3 - Abordagem sociológica

A abordagem sociológica do tema principal da dissertação prende-se com a evolução da difusão da informação na sociedade contemporânea. Pelo termo sociedade pode entender-se:

“[...] um conjunto de seres que convivem de forma organizada. A palavra vem do Latim *societas*, que significa "associação amistosa com outros". [...] O conceito de sociedade pressupõe uma convivência e atividade conjunta do homem, ordenada ou organizada conscientemente.”⁴⁰

Esta abordagem sociológica procura mostrar que existe uma passagem do “corpo” entendido como meio para o processo de socialização para o mundo digital. A sociologia enquanto ciência estuda as relações sociais e as interações grupais. Como pode a sociologia, com a evolução tecnológica, estudar de que forma o ser humano e as suas interações, se estes podem possivelmente representar-se num mundo digital onde as suas interações físicas podem ser diminuídas? Para que a sociologia consiga estudar os novos grupos sociais, o objetivo da mesma poderá ser alterado e porque o espaço público digital é livre, aberto a todos, mas inacessível a muitos, com a evolução tecnológica da sociedade contemporânea, a sociedade de informação acompanhou por ela própria a evolução tecnológica.

“De uma esfera pública crítica, limitada à burguesia, passava-se a uma esfera pública manipulada e sedutora, cuja opinião “pública” era construída de acordo com interesses de grupos específicos. O domínio da esfera pública era das organizações de interesses privados, que se utilizava de estratégias comunicacionais para alcançar a visibilidade necessária”⁴¹

Na abordagem sociológica, tem de ter-se também em conta o conceito de informação como produção de conhecimento, na medida em que resulta de uma cultura que produz e armazena essa mesma informação.

O termo cultura corresponde a tudo o que envolve a sociedade desde as tradições etnográficas como a cultura popular ou até mesmo o folclore até ao património artísticos que pertence a uma alta cultura ou cultura erudita onde se salientam grandes autores e pensadores. Neste património artístico, a sabedoria ou conhecimento fazem parte de uma cultura geral que valoriza o património artístico e o saber científico.

⁴⁰ Vide in <http://www.significados.com.br/sociedade/> 28/04/2014

⁴¹ Guedes, É, (s.d), “Conceitos do Espaço público em Habermas”, Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses, pág: 5.

3.1. Sociedade de Informação

A definição de sociedade de informação passa como refere Neves Castro por uma sociedade

“[...]em que as principais actividades estão integradas pelas novas tecnologias da informação e comunicação e a informação circula em redes electrónicas. As actividades sociais organizam-se em formatos onde convergem organização, acção e comunicação, ditos “modelos de negócio”, funcionando sobre plataformas tecnológicas.”⁴²

Desta forma, não podemos separar a sociedade de informação das novas tecnologias de informação. Nos dias de hoje, a informação e a evolução tecnológica potencia as relações entre as pessoas e entre as pessoas e as organizações já que se encontra mais acessível a todos, seja em casa, no trabalho ou até mesmo no lazer. Por conseguinte, a sociedade de informação pode ser construída tendo em conta os indivíduos e as competências dos elementos envolventes com o objetivo de criar uma cultura digital com transmissão de informação que necessita de material de apoio para o seu enquadramento proporcionando-lhe valor e utilidade. A informação transmitida por si só não apresenta nenhum valor, são os indivíduos ou organizações incluídas nesta sociedade de informação que lhe atribuem utilidade e significação.

A sociedade de informação remete, deste modo, para tudo o que envolve tecnologias da informação e, por conseguinte, para o formato digital. Esta sociedade tem como objetivo facilitar e aproximar os indivíduos possibilitando e disponibilizando a informação através das tecnologias de informação e comunicação. No entanto, cada indivíduo, no interior do que é considerado público, faz uso desta utilidade tendo em conta a sua vontade, isto é, nem todos os indivíduos usam estas tecnologias de igual forma. E, por vezes, é neste uso que surgem problemas e repercussões que podem revelar-se perigosos para as pessoas envolvidas. Não se pode deixar de ter em conta que, embora o termo indivíduo possa levar a pensar no sentido individualista, solitário, ele só existe porque vive e convive em sociedade. Já Aristóteles referia que o homem é um animal social e que ele necessita de outras pessoas para se tornar social. A sociabilidade faz parte do homem.

“As primeiras uniões entre pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aquelas entre seres incapazes de existir um sem o outro, ou seja, a união da mulher e do homem para perpetuação da espécie (isto não é resultado de uma escolha, mas nas criaturas humanas, tal como no outros

⁴² Castro Neves, A., “A indústria dos Conteúdos”, (2003), Lisboa, Gabinete de Estudos Económicos, Documentos de Trabalho, nº 49, Ministério da Economia.

animais e nas plantas, há um impulso natural no sentido de querer deixar depois de individuo um outro ser da mesma espécie).”⁴³

E ainda:

“a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza uma animal social, e que é por natureza e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade [...] Agora é evidente que o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social. Como costumamos dizer, a natureza não faz nada sem um propósito, e o homem é o único entre os animais que tem o dom da fala. Na verdade, a simples voz pode indicar a dor e o prazer, os outros animais a possuem (sua natureza foi desenvolvida somente até o ponto de ter sensações do que é doloroso ou agradável e externá-las entre si), mas a fala tem a finalidade de indicar o conveniente e o nocivo, e portanto também o justo e o injusto; a característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais, e é a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade.”⁴⁴

O espaço público digital pode ser considerado como uma sociedade/comunidade digital onde não existe controlo de informação e onde muito menos existe a possibilidade de confronto (apenas existe confronto verbal). Neste sentido, o espaço público digital pode refletir impactos em vários aspetos, considerando os seguintes como os mais importantes,

“História, cultura e tradição: numa perspectiva de garantia de identidade, aspectos essencial para as populações locais, é necessário ter em linha de conta a história, cultura e tradições associadas com o território sob reponsabilidade do poder local. Preservar esta identidade é um dos grandes desafios que se coloca ao poder local”⁴⁵

Com a evolução tecnológica consegue-se facilmente conhecer outros países e outras culturas e tradições. Por esta razão, a manutenção das tradições e da cultura depende do poder local na medida em que é ele que detém a maior capacidade económica para desenvolver atividades culturais. No entanto, considera-se também importante, na minha perspetiva, a transmissão da cultura e das tradições pela população mais idosa de forma a conseguir atingir e incentivar os mais jovens na manutenção dessa mesma informação.

Outro aspeto também importante concerne:

⁴³ Vide in <http://projetophronesis.com/2009/01/10/o-homem-e-um-animal-social-aristoteles/> 28/04/2015

⁴⁴ *Idem, Ibidem*

⁴⁵ Gouveia, B. (s.d), Manifesto digital para o espaço público, Porto, Universidade Fernando Pessoa

“Educação, formação e emprego: aspecto essencial para a adoção de novas práticas e fortalecimento da competitividade de um território. Ainda é mais importante quando se toma uma perspectiva de Sociedade da Informação e Conhecimento, onde as qualificações e competências são determinantes para o território e para a qualidade de vidas das suas populações”⁴⁶

Neste tipo de sociedade de conhecimentos, sociedade em que o conhecimento é tido como fator principal na evolução e construção de competências pessoais, torna-se importante considerar que a evolução se prende com a sociedade de informação e o crescimento das tecnologias. Desta forma, não podemos querer ter uma sociedade que trabalhe e que tenha conhecimento sobre as novas tecnologias se, no processo de desenvolvimento cognitivo, não se proporcionam os instrumentos para que isso aconteça. É, portanto, necessário incluir nesse processo educacional e nas instituições e pessoas que por ele são responsáveis a capacidade de transmitir e formar o indivíduo com competências para lutar num mercado que está cada vez mais evoluído.

Existe ainda um aspeto que no meu ponto de vista é fundamental neste desenvolvimento de sociedade de informação:

“Demografia e qualidade de vida: associada à evolução das populações servidas pelo poder local. Em muitos locais, essa evolução é negativa (diminuição das populações), levantando questões de reestruturação. Noutros casos, a evolução é positiva (crescimento da população), sendo necessário aumentar as capacidades de modo a suportar o dia-a-dia das populações. Em qualquer dos casos, a qualidade de vida está também associada à distribuição por idades das populações, aspectos ligados à demografia”⁴⁷

A demografia desempenha também uma grande influência em qualquer sociedade, não sendo excepção nesta sociedade de informação. Embora ao longo desta dissertação tenha sido referenciado que as novas tecnologias são de acesso a todos, existem ainda locais onde estas tecnologias não chegam, seja por questões financeira ou por questões de portabilidade das linhas que permitem a emissão digital dos dados. Nestas situações, é necessário que exista um reposicionamento face às questões do desenvolvimento populacional. Se encontrarmos uma cidade em que os dados digitais não funcionam corretamente ou, porventura, não conseguimos ter acesso aos meios que nos permitem interagir com as novas tecnologias torna-se essencial reestruturar as condições para que se iguale as condições de acesso. Nas deslocações demográficas denominadas de êxodo rural⁴⁸ verifica-se uma sobrevalorização das condições de acesso nas cidades às novas tecnologias face às condições

⁴⁶ *Idem, Ibidem*

⁴⁷ *Idem, Ibidem*

⁴⁸ Entenda-se por êxodo rural as deslocações das pessoas do espaço rural para o espaço urbano

de acesso no espaço rural seja porque a população no espaço rural é envelhecida, seja porque não se valoriza a transmissão da informação sem ser pelos meios habituais, a saber, televisão e rádio predominantemente. Embora estes meios sejam também considerados como transmissores de informação, na sociedade de informação, neste trabalho, o que se pretende é dar ênfase às tecnologias digitais como os computadores e a internet. Nos meios rurais, o acesso a estas redes de informação são diminutos o que pode transformar e excluir a população rural. Segundo Luís Manuel Borges Gouveia:

“A Sociedade da informação está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios electrónicos, como a rádio, a televisão, telefone e computadores, entre outros. Estas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, económicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação.”⁴⁹

A sociedade de informação combinada com as novas tecnologias pode ter a sua abordagem positiva, na medida em que tornam possível a transmissão de informação de forma mais rápida e eficaz, mas, por outro lado, pode ter a sua abordagem negativa, pois, quem não tem acesso a estes meios pode sentir-se excluído socialmente e se o objetivo do termo sociedade é que estes procurem comunicar e partilhar objetivos comuns (tenham eles a mesma finalidade lucrativa ou não) a sociedade de informação não pode servir para a exclusão de determinados padrões/grupos sociais.

Esta sociedade de informação está então inserida numa descontextualização do espaço, aqui passamos a ter um espaço virtual e intemporal, pois podemos aproximar-nos do outro lado do planeta com apenas um clique, com ela podemos criar a realidade que quisermos, onde quisermos e no momento que quisermos.

⁴⁹ Antunes, A, (2008), “Sociedade de Informação”, Universidade de Coimbra, pág: 2

3.2. Construção da Realidade Virtual

Ao longo do desenvolvimento desta dissertação foram discutidos conceitos que tornam possível a criação desta nova realidade. Para muitos internautas a construção da sua própria realidade digital possibilita o desvelar de muitas capacidades que, possivelmente, na realidade física, não seriam capazes de revelar.

O conceito de realidade digital surgiu com o aparecimento das novas tecnologias e a seu reboque vieram novas construções de identidades e novas problemáticas face ao desenvolvimento do indivíduo.

Os novos meios tecnológicos tornam possível a construção de figuras meramente digitais que possibilitam a desmaterialização cóporea do indivíduo, transpondo a linha que até agora se tinha criado como sendo uma linha de construção da sociedade. Esta problemática de transportação do físico para o virtual pode levar o indivíduo a confundir o que é real do que é virtual.

Com o mundo digital, surgiu a possibilidade de criação dos avatares ou criaturas digitais⁵⁰ onde a representação é experimentada como se fosse real, torna-se uma interação espontânea pois não se tem a influência nem as condicionantes da vida real, e desenvolve no internauta emoções e sensações próximas da realidade. Esta forma de interacção digital pode influenciar a construção da identidade real do indivíduo, pois pode cair-se no erro de se aproximar a realidade física da realidade virtual. A construção da realidade virtual torna possível ao indivíduo a adequação dos seus desejos e das suas vontades. Nesta realidade o indivíduo não tem limites nem obstáculos. A realidade é construída à sua medida. A sua intervenção e reacção dependem, segundo Laurel Brenda, de três fatores: a frequência que consiste na quantidade de opções disponíveis para o efeito; o alcance que está relacionado com a qualidade ou repercussão das suas opções no desenrolar da ação; e o significado que passa pela proximidade do indivíduo com as ações desempenhadas e os seus resultados.

Pode estabelecer-se uma comparação com a alegoria da Caverna de Platão, onde os homens acorrentados numa caverna apenas conseguiam ver as sombras através de um feixe de luz que projetava na parede da caverna a realidade superior, logo para eles a realidade que existia eram as apenas as sombras que viam projetadas na parede. Da mesma forma que os prisioneiros da caverna apenas conheciam essa realidade de sombras, também a realidade virtual pode confundir quem dela faz uso. A projeção da imagem do utilizador na realidade digital adequada aos seus gostos e à sua idealização pode levar o indivíduo a confundir as duas realidades em que vive.

"A Web ainda é um território não explorado"
 (Mark Zuckerberg, Califórnia, 17.11.2010)



Avenida Almirante Reis, Lisboa
 Foto tirada pelo autor, em abril de 2012

⁵⁰ Entenda-se como avatar ou criatura digital a representação do indivíduo no mundo digital

“É, neste sentido, que Maria Teresa Cruz (2002) fala de “uma construção alucinatória” da nossa experiência sensível, na medida em que a nossa experiência do mundo é cada vez menos modelada pela fisicalidade da nossa condição orgânica e sim pela mediação de toda uma aparelhagem tecnológica que se interpõe na relação entre sujeito e mundo. Nesta ligação cada vez mais íntima entre o nosso psiquismo e a mecanização tecnológica que o instrumentaliza, a construção da identidade torna-se tão difusa quanto as imagens que se projectam e fluem no écran. Nesta realidade virtual, em que a identidade humana se alimenta de uma quase consubstancialidade com a imagem, é natural que o próprio paradigma humano se comece a configurar com o da máquina, com que se conecta”⁵¹



Ilustração II - representação de uma realidade virtual com criação de avatar

Esta realidade virtual atribui ao homem a condição de liberdade que a sua realidade não lhe permite, aqui ele consegue, através de um teclado, movimentar o seu avatar e fazer com ele o que não consegue fazer na sua vida offline. Este tipo de realidade provoca no homem a sensação de poder incapaz de ser controlada por qualquer entidade reguladora, existe uma extrapolação do que corresponde à realidade. José Manuel Fernandes na sua obra *Liberdade e Informação* refere que:

“[...] o tipo de ligações horizontais e aparentemente sem limites que proporcionam, cria a sensação de que as pessoas têm mais poder e os governos são incapazes de controlá-las. Só que essa sensação nem sempre é verdadeira, tal como nem sempre as possibilidades de comunicar abertas

⁵¹ Formosinho, M, Reis. C, (2011), A Sociedade Digital e a (re)construção do Humano, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Extra-Série, pág: 477-490

pelas novas tecnologias são exploradas por quem defende a democracia e a liberdade.”⁵²

O autor considera que as novas tecnologias são “cegas” na medida em que não existe uma entidade que selecione as pessoas que delas fazem uso nem a informação que por ela circula. Esta liberdade de circulação da informação na realidade virtual transforma os fenómenos culturais tradicionais em vulgares, transforma a sociedade em sociedade multicultural com a possibilidade de eliminação permanente das tradições. Esta realidade virtual pode também fazer cair em desuso os documentos em papel, pois se podemos retirar dela toda a informação que desejarmos para que iríamos deslocar-nos a uma livraria para comprar, por exemplo, o jornal ou um livro?

“Posso ver acontecimentos em directo pela televisão tradicional ou por uma net-tv. Se não puder assistir em directo, pela televisão hei-de encontrar o que procuro no Youtube. No twitter procurarei não os comentários de jornalistas que desconheço, mas os dos meus amigos ou dos jornalistas que aprecio. No facebook (que já representava sozinho, no final de 2010 nos Estados Unidos, um quarto do total das *pageviews* em todos os *sites* na internet) posso fazer recomendações e mostrar a minha reportagem do último concerto a que assisti. O Foursquare ajuda-me a encontrar os melhores restaurantes e, neles, a saber o que hei-de pedir. Posso também partilhar as minhas fotografias no Flickr. Se quiser saber o que o Governo decidiu, ou o que foi aprovado pela câmara municipal, vou aos respectivos *sites*. No limite, tenho todo o mundo à distância de um clique [...]”⁵³

Esta distância de clique pode criar nas pessoas um vício que as vai afastando da vida real. Atualmente, praticamente todos os locais têm acesso a uma rede wireless e a qualquer momento pode contactar-se com a sua realidade virtual, de certa forma esta realidade pode servir de companhia num momento em que se esteja sozinho, pode servir para satisfazer uma carência, mas, por outro lado, quando acompanhados esta realidade pode servir de ruído no processo comunicacional. Portanto, nem tudo, na realidade virtual, é negativo desde que o seu uso seja feito de forma consciente e tal como as novas tecnologias também ela foi evoluindo gradualmente apresentando no sec. XXI algumas evoluções e vantagens, a salientar: a simulação e o treino no pilotar de aviões, as videoconferências e a comunicação à distância, tanto ao nível educacional como pessoal.

A realidade virtual aqui trabalhada não passa apenas pela realidade tridimensional porque essa ainda apresenta algumas limitações: elevou-se o conceito de realidade

⁵² Fernandes, José (2011), *Liberdade e Informação*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, pág: 89

⁵³ *Idem*, pág: 91

relativamente ao que diz respeito à vida do utilizador online, aos lugares que ele frequenta e à forma como ele vive no mundo digital.

Considerando que a realidade virtual nos proporciona a aproximação à realidade virtual pode elevar-se esse conceito não apenas à questão da identidade online, mas também à facilidade em aceder a informação disponível, como é o caso das bibliotecas digitais. Sendo que este conceito pode ter como definição:

“um conjunto de computação, armazenamento, e maquinaria de comunicações digitais juntamente com conteúdo e software necessários para reproduzir, emular, e estender os serviços fornecidos pelas bibliotecas convencionais com base em papéis e outros meios materiais para reunir, catalogar, buscar, e disseminar informações. Um serviço completo de biblioteca digital deve realizar todos os serviços essenciais das bibliotecas tradicionais, e também explorar as conhecidas vantagens do armazenamento, busca, e comunicação digitais.”⁵⁴

Os casos das bibliotecas digitais podem ser também referenciados como a informação de acesso na realidade virtual, estas pretendem adequar-se às novas tecnologias e predispor o utilizador ao acesso a livros em formato digital. Na sociedade comodista e tecnológica atual, todos os meios de transmissão de informação necessitam de se adequar às necessidades. Além do mais, este tipo de biblioteca apresenta vantagens fundamentais: a preservação digital dos documentos em formato papel (a temática da preservação digital é desenvolvida no capítulo seguinte), aumentando desta forma a sua durabilidade, e evitando a perda de informação; a facilidade de pesquisa uma vez que a partir de ferramentas de busca consegue-se chegar mais rapidamente aos livros e, por conseguinte, mais rapidamente à informação; a intemporalidade, isto é, as bibliotecas digitais são bibliotecas sem horário, que podem ser acedidas a qualquer hora, possibilitando ao utilizador a rapidez de pesquisa; além do mais, as bibliotecas digitais evitam também as pesquisas que dão milhões de resultados, as pesquisas nas bibliotecas digitais são facilitadas por palavras-chave ou até por frases completas de livros.

Nesta nova noção de biblioteca, torna-se essencial falar sobre o documento digital, este apresenta-se sobre vários formatos, desde bases de dados, a folhas de cálculo, a texto, a imagens (fotografia digital), a música, a vídeos, a sites, entre outros, que lhe proporcionam vantagem sobre o papel. Por exemplo, o documento digital pode conjugar, no mesmo local, texto, imagem estática, imagem em movimento e som, enquanto o papel apenas conjuga, no mesmo documento, mensagem escrita, cor, desenho e imagem estática. Uma outra vantagem mostra-se na forma de leitura, isto é, o documento digital tem uma leitura mais rápida que o papel, uma vez que através de localizadores pode acessar-se diretamente à informação

⁵⁴ Alencar, A, (s.d), *Bibliotecas Digitais: uma nova aproximação/ Digital Libraries: a new approach*, Inf.&Soc.: Est., João Pessoa, v.14, n.1, p.204

pretendida sem ter que ler todo o documento, e por último, o documento digital é mais facilmente copiado (através de um clique) do que o documento de papel este possui uma cópia mais lenta e trabalhosa.

É claro que o advento da era da rapidíssima evolução tecnológica e por consequência o surgimento dos documentos digitais trouxe consigo várias questões para serem colocadas. Algumas delas correspondem precisamente à questão da autoria, da veracidade do documento e até mesmo da sua autenticidade. No entanto, por estar a ser tão recorrente o uso a este tipo de suporte, já foram criadas várias formas de garantir a autenticidade do documento, e uma delas corresponde à obrigação de assinatura eletrónica principalmente em documentos oficiais. A utilização deste tipo de assinatura faz com que o utilizador não coloque em causa a autenticidade e integridade do documento, já que a assinatura eletrónica é constituída por um sistema criptográfico de difícil falsificação.

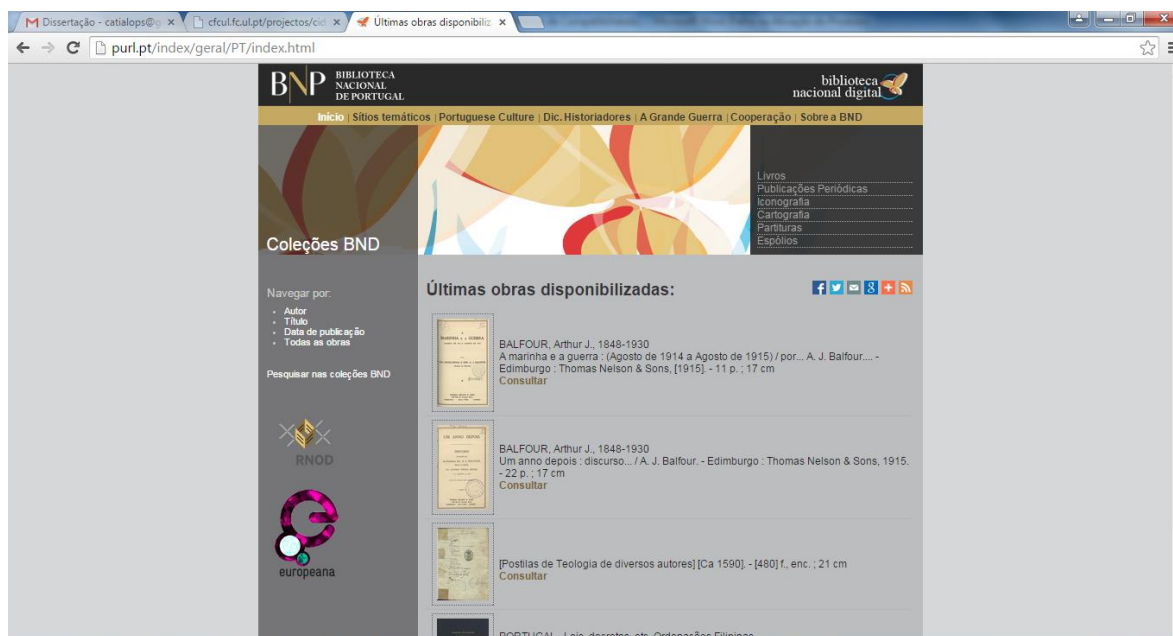


Ilustração III - Exemplo de Biblioteca Digital - Biblioteca Nacional de Portugal

Capítulo 4 - Preservação Digital

Nos dias que correm é cada vez mais comum o acesso à informação através da tecnologia digital e a sua conservação e preservação é tão importante quanto a de documentos em suporte papel. Também esta exige técnicas de conservação e preservação próprias que ajudam a prolongar a sustentabilidade da informação e dos objetos que sustentam a informação, ou seja, o objeto de suporte digital.

Antes de iniciar a preservação digital, considero pertinente estabelecer a definição de objeto digital, assim pode considerar-se como objeto digital,

“todo e qualquer objecto de informação que possa ser representado através de uma sequência de dígitos binários¹ [7]. Esta definição é suficientemente lata para acomodar tanto, informação nascida num contexto tecnológico digital (objectos nado-digitais), como informação digital obtida a partir de suportes analógicos (objectos digitalizados).”⁵⁵

Este objeto digital corresponde a toda a informação representada em código binário, ou seja, toda a informação que conste no espaço cibernauta seja obtida através de sistema analógico ou já digital. Tem a sua correspondência em código binário que por sua vez, corresponde à sequência lógica, até oito dígitos, de dois algarismos (1 e 0), a que se atribui o nome de bit.⁵⁶

Embora se pense que o termo objeto digital é um termo simples, que corresponde unicamente a toda a informação e objeto representado através de dígitos binários, este pode ter duas variações aquando da sua utilização em acervos digitais.

O objeto digital pode ser por um lado, objeto digital simples, quando é formado por um único arquivo, ou seja, quando o objeto digital corresponde a apenas uma imagem ou a apenas um ficheiro de texto e, por outro lado, pode ser objeto digital complexo, quando é formado por uma combinação de múltiplos objetos digitais simples.

Os objetos digitais podem ser intemporais, os acervos das bibliotecas, museus e arquivos podem conservar a informação durante anos, no entanto, podem ser facilmente alteráveis, corrompidos e são limitados a um suporte de leitura, sendo que se mantêm igualmente válidos tanto quanto o papel, na preservação da informação. Em comparação com o papel, a conservação dos objetos digitais em determinados suportes (JPEG, wmi, Pdf) requer menos cuidados, pois o material de elaboração do hardware é muito mais resistente que a folha de papel. O objeto digital ao contrário do papel possui diferentes níveis de

⁵⁵ Ferreira, M, (2006), *Introdução à Preservação Digital*, Guimarães, Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

⁵⁶Vide in [http://www.infopedia.pt/\\$codigo-binario](http://www.infopedia.pt/$codigo-binario) [Consul. em 31 Maio 2013]

interpretação, por um lado o nível físico que corresponde ao local em que é guardado, por exemplo, o CD, DVD, Memória-flash (pen) ou o disco rígido e por outro lado, o nível lógico que corresponde ao objeto capaz de ser interpretado pelo homem, ou seja, nível conceptual, isto é, quando a informação chega ao homem depois de o hardware decifrar o código binário do documento.

A contemporaneidade exige de diversas formas a presença do suporte digital e, por conseguinte, a preservação e reprodução digital de documentos físicos. Muitas vezes esta técnica de preservação é usada em documentos raros, ou até mesmos já danificados, cujo manuseio é limitado ou interdito, e a digitalização surge assim como forma de conseguir preservar o documento por mais tempo. Desta forma, surge também a necessidade de definir o conceito de digitalização, utilizando para tal a formulação de Dodebei (2007):

“Digitalizar compreende o processo de representar um objeto concreto ou analógico em bits. A imagem digitalizada se transforma em conjuntos de pixels que podem ser compreendidos visualmente pelo olho humano e também por programas de computação.”,⁵⁷ segundo Martins, Reiney e Pires (2001) trata-se da “Reprodução por varredura eletrônica em disco ou outro suporte de alta densidade permitindo a visualização do documento em terminal ou sua impressão em papel.”⁵⁸.

Esta fase da era digital serve não só, como já foi acima referido, à conservação dos documentos para as gerações futuras como também para a salvaguarda do conhecimento, isto é,

“O processo de digitalização deve desempenhar a função de dar acesso aos documentos de arquivo e como auxílio à sua preservação, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos representantes digitais de diferentes gêneros documentais, como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais. [...]”⁵⁹.

Com estas considerações deve salientar-se o processo de digitalização como mecanismo de preservação, o que, por conseguinte, implica a escolha do equipamento correto e o gerenciamento do ambiente tecnológico em que se inserem os representantes digitais. Para que este processo funcione na perfeição, é necessário que as condições a curto e longo prazo sejam garantidas, e para isso é crucial ter em conta as atualizações de software

⁵⁷ *Vide in*

<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/PRESERVA%C3%87%C3%83O%20DIGITAL%20E%20ANAL%C3%93GICA%20o%20desafio%20do%20profissional%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

⁵⁸ *ibidem*

⁵⁹ *Vide in*

<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/PRESERVA%C3%87%C3%83O%20DIGITAL%20E%20ANAL%C3%93GICA%20o%20desafio%20do%20profissional%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

e hardware e a criação de um projeto de manutenção. Este tipo de preservação deve reger-se por várias etapas, tal como a preservação de documentos em suporte papel. Salientamos então como etapas as seguintes, a captura digital, etapa onde se transforma a informação analógica em informação digital, o processamento que corresponde ao tratamento da informação, o armazenamento seja em repositórios, servidores ou DVD, o gerenciamento que consiste na organização da informação, e por último a distribuição dessa informação.

Depois de digitalizados, é necessário atribuir uma forma aos documentos. Esta forma tem de estar de acordo com a informação, isto é, o formato *pdf* aparecerá em documentos de textos, para as imagens pode recorrer-se ao formato *jpg*, que corresponde a um padrão de compressão de imagem criado em 1999 e que pode compactar até 90% do arquivo original, sem perder a qualidade da imagem.⁶⁰ Este tipo de formatos apresentam inúmeras vantagens, mas a principal corresponde à divulgação do conteúdo do documento digitalizado, é com este tipo de formatos que se pode fazer a difusão da informação contida no documento original, para que os interessados possam ter acesso a essa informação, fazendo com que a internet surja como meio privilegiado de difusão da informação.

Neste tipo de preservação, permanecem mais vantagens que desvantagens, pois conserva-se sempre o documento original e, além do mais, limita-se o acesso ao mesmo, o que proporciona uma maior conservação dos documentos que podem ser considerados como cruciais para a história e cultura da sociedade. No entanto, confirma-se que algumas das técnicas de preservação digital ainda apresentam algumas desvantagens pois os suportes de informação digital estão em constante mudança. É sempre melhor conservar-se o documento original limitando-se o acesso ao mesmo, o que proporciona uma maior conservação dos documentos que podem ser considerados como cruciais para a história e cultura da sociedade.

A sociedade atual depara-se com grandes dificuldades e embora a tecnologia continue permanentemente em mudança, se a sociedade não tiver situações económicas razoáveis para acompanhar esta evolução, a dicotomia preservação digital torna-se obsoleta já que o objetivo é proporcionar a todos a informação, mas se não existir capacidade para garantir os suportes para a divulgação da informação, todo o esforço dos profissionais na atualização das informações e na conversão para o formato digital é em vão.

⁶⁰ vide in www.wikipedia.org.pt

4.1. Materiais de suporte

Na preservação digital importa também ter em conta os materiais de suporte dessa mesma informação. O primeiro a surgir foi o conhecido formato de vídeo VHS. Atualmente começam a rarear os aparelhos que consigam ler a informação contida neste suporte; o segundo suporte a surgir foram as disquetes. Não obstante o seu total eclipse na atualidade, ainda é possível encontrar leitores que conseguem reproduzir as informações contidas neste objeto digital. Deste modo, é possível verificar que existe uma evolução no que diz respeito aos materiais de suporte, o que implica que este tipo de preservação exija uma intermediação tecnológica, ou seja, a existência de hardware (equipamento) e de software (formato). O utilizador apenas tem contato com o objeto digital já depois de tratado e devidamente armazenado, mas todo um processo anterior é necessário para que a utilização da informação possa ser feita sem nenhum obstáculo.

Na atualidade os materiais de suporte mais utilizados correspondem aos discos rígidos, aos CD, DVD e às flashdrive (pen) e aqui conseguem encontrar-se todo o tipo de hardware que possibilita o acesso à informação. Este tipo de mudança tecnológica denota uma alteração tanto ao nível dos suportes, como ao nível das técnicas de preservação da informação.

Cada vez mais vivemos numa sociedade globalizada em que a informação deve ser de todos e para todos, e desta forma a preservação digital apresenta-se como um método de proporcionar ao utilizador o acesso à informação de forma simplificada e interpretável.

4.2. Técnicas de preservação digital

Tal como a preservação dos documentos em suporte papel é normalizada também a preservação digital possui as suas normas. Em 1990 a International Organization for Standardization (ISO) insurgiu no sentido de desenvolver normas que possibilitassem o armazenamento da informação a longo prazo. No entanto, só em 2003 foi criado um modelo de referência, o OAIS (Open Archival Information System)⁶¹ aprovado como uma norma internacional - ISO Standard 14721:2003 [12]⁶².

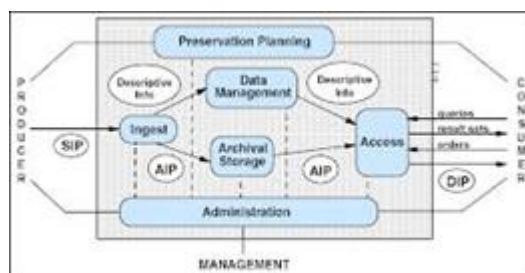


Ilustração IV - modelo de referência OAIS (Open Archival Information System)⁶³

Cada um dos representantes envolvidos neste processo de preservação apresenta o seu papel, sendo que corresponde ao administrador o papel mais importante, toda a conservação e preservação bem como o suporte da informação fica a seu cargo, ou seja, se algum do processo de preservação digital falhar vai existir uma falha de comunicação entre a informação e o utilizador, sendo necessária uma manutenção constante de todos os componentes que permitem a leitura da informação, seja de software como de hardware. A primeira etapa no processo de preservação digital a salientar é o refrescamento, que corresponde a um pré-requisito aquando da preservação do documento físico. Nesta etapa, faz-se a transferência da informação do suporte físico do armazenamento para o suporte digital, antes que o suporte físico se deteriore. Com esta etapa consegue-se evitar a perda total da informação, no entanto, este tipo de transferência exige também uma atenção continua no estado de conservação do objeto digital. Esta primeira etapa corresponde, de certa forma, ao hardware onde a informação deverá estar contida. Numa segunda fase da preservação digital surge a emulação⁶⁴, que por sua vez pode dizer-se que corresponde ao software da informação, ou seja, a capacidade que existe de reproduzir fielmente o documento original. Esta etapa não acarreta as dificuldades da etapa anterior pois não existe

⁶¹ Ferreira, M, (2006), *Introdução à Preservação Digital*, Guimarães, Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

⁶² *Ibidem*

⁶³ *Idem Ibidem*

⁶⁴ Emulador corresponde a um software que reproduz as funções de um determinado ambiente, a fim de permitir a execução de outros softwares sobre ele

o risco de o software se degradar. A terceira etapa a salientar corresponde à migração/conversão que pretende a,

“(…) transferência periódica de material digital de uma dada configuração de hardware/software para uma outra, ou de uma geração de tecnologia para outra subsequente”⁶⁵.

Aqui o que se pretende não é só conservar o objeto digital original mas também a preservação do seu conteúdo intelectual, esta migração visa manter atuais os objetos de conservação, para que a informação possa acompanhar a evolução tecnológica dos suportes, corresponde à tecnologia de preservação mais atual e mais eficaz. Existem vários tipos de migrações que devem ser salientadas, por exemplo, migração para suportes analógicos, atualização de versões, conversão para formatos concorrentes, normalização, migração a-pedido e migração distribuída.

⁶⁵ Ferreira, M, (2006), Introdução à Preservação Digital, Guimarães, Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

4.3. A pedra roseta digital

O nome pedra roseta⁶⁶ teve origem num bloco de granito encontrado no Nilo, conhecido como pedra rosetta. Neste bloco encontravam-se várias informações que foram posteriormente decodificadas. A pedra roseta digital corresponde também a um processo similar, ou seja, ao processo de decodificação da informação em formato digital. Este tipo de estratégia

“[...] consiste em imprimir em papel um conjunto representativo de documentos de texto juntamente com a sua representação binária. No futuro, as regras necessárias interpretar e migrar os objectos para um novo formato poderiam ser inferidas, comparando os documentos impressos com a sua representação binária”⁶⁷

Assim, ao ter o código binário correspondente ao documento, a informação poderia ser mais facilmente recuperada. É um tipo de estratégia de preservação que deve ser utilizada apenas quando todas as outras falharem, pensando sempre na preservação da autenticidade do documento original, na longevidade do documento e no acesso à informação do mesmo.

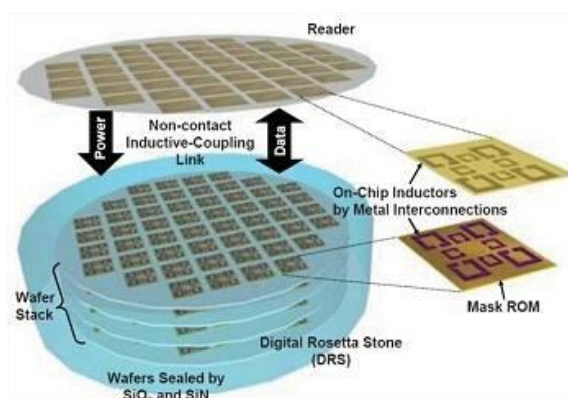


Ilustração III - Versão Digital da Pedra Roseta Original

⁶⁶ Em 1799, as tropas de Napoleão Bonaparte descobriram nas margens do rio Nilo um bloco de granito que ficou conhecido como a Pedra de Roseta. Nela encontrava-se inscrita em três línguas distintas - egípcio hieroglífico, egípcio cursivo e grego clássico - um decreto emitido em 196 a.C. por Ptolomeu V. Em 1822 o paleógrafo francês Jean-François Champollion decodificou a versão egípcia do texto recorrendo aos seus conhecimentos de grego clássico, um idioma bem conhecido dos historiadores da época. Primeiro texto bilingue a ser recuperado na história moderna, a Pedra de Roseta logo despertou grande interesse pela possibilidade de conter uma tradução da antiga língua egípcia, até então nunca decifrada. Cf.: Wikipedia “Pedra de Roseta”. [Em linha] [Consult. 18 Agosto, 2011]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedra_de_Roseta.

⁶⁷ *Idem*

“Pesquisadores das universidades Keio e de Kyoto e a fabricante Sharp apresentaram, durante simpósio no Japão, o que chamaram de “pedra de Roseta” digital, um protótipo capaz de armazenar dados por mais de mil anos. A ferramenta é necessária porque a atual quantidade de informações geradas supera o volume de dados conservados em séculos de história, e os suportes digitais mais recentes, como disco rígido de computadores e discos ópticos (DVD), têm duração máxima de cem anos. O sistema de armazenamento é semelhante a uma pedra formada por camadas de pastilhas de silício seladas com óxido de silício. Essa “pedra digital”, com capacidade de armazenamento de 2,5 terabits (ou 2,5 trilhões de bits), poderia conservar dados sobre o mundo contemporâneo assim como a pedra de Roseta foi capaz de revelar os segredos dos hieróglifos egípcios. Cientistas da Universidade Berkeley já anunciaram uma fórmula capaz de armazenar dados por 1 bilhão de anos, mas não chegaram a criar um protótipo em funcionamento.”⁶⁸

⁶⁸ Vide in http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/pedra_de_roseta_digital.html em 17 de Setembro de 2015

CONCLUSÃO

Nesta dissertação discutiram-se os conceitos de espaço público digital e realidade virtual, tendo em conta alguns das dimensões constituintes destes dois conceitos, e por ser um tema muito vasto delimitou-se a pesquisa a ser realizada. Verificou-se que, ao longo do tempo, ambos os conceitos foram sofrendo alterações e foram-se adequando à nova sociedade dos dias de hoje, manifestando a importância que existe na transmissão da informação de forma correta e consciente.

Pretendeu-se também dar ênfase ao uso da realidade virtual por parte dos utilizadores mostrando que existe o perigo de mistura das duas realidades em que vive e que existe perigo na construção aleatória da sua identidade online. Mostrou-se também que o meio digital em termos de preservação é, a meu ver, o mais eficaz uma vez que aumenta a durabilidade do suporte físico do documento digitalizado e dá a possibilidade ao utilizador de alcançar a informação de forma eficiente, como exemplos foram referenciadas as bibliotecas digitais apresentando algumas vantagens da utilização das mesmas.

Esta sociedade de informação permite o desenvolvimento de uma nova sociedade cultural que tem por base o desenvolvimento com base nas informações recolhidas online. Embora se consiga ainda transmitir a informação de forma tradicional, ou seja, através de passagem da palavra e dos valores, incorre-se, atualmente no erro, de proporcionar o acesso às novas tecnologias e por sua vez à nova dimensão da realidade muito cedo. Este tipo de acesso precoce pode influenciar diretamente o desenvolvimento cognitivo da camada mais jovem. De certa forma, por observação, consegue identificar-se que há uma influência predominante do mundo internauta na forma de estar, mais facilmente se vê grupos de indivíduos “agarrados” a um smartphone do que a conversarem uns com os outros.

A abordagem ao tema revelou algumas dificuldades, seja pelo acesso à multiplicidade de informação, que não facilitou no processo de seleção das temáticas seja pela própria amplitude do tema que dificultou ainda mais a escolha das temáticas existentes nesta dissertação. Assim dadas as dificuldades que se foram apresentando ao longo do seu desenvolvimento optou-se por uma abordagem mais teórica dos temas predominantes na atualidade. A conclusão que se retira é precisamente a bipolaridade do tema uma vez que se por um lado facilita o acesso à informação por outro lado pode levar-nos a cometer erros de conteúdo e pode até mesmo dificultar-nos o acesso à mesma.

O desenvolvimento desta temática foi influenciada pelo gosto pessoal e pela vontade de aprofundar determinados conteúdos da mesma, não com o objetivo de chegar a alguma conclusão em definitivo, até porque considero impossível tal desiderato, pois estamos em constante mudança (influenciados pelo desenvolvimento das novas tecnologias) e por esta razão, o que está em permanente mudança é impossível de ser concluído. Enfim, ao realizar esta dissertação foram aprendidos novos conceitos, foram criados alertas para a utilização das redes sociais e para a utilização moderada da realidade virtual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alencar, A, (s.d), *Bibliotecas Digitais: uma nova aproximação/ Digital Libraries: a new approach*, Inf.&Soc.: Est., João Pessoa, v.14, n.1, p.201-220

Arendt, Hannah (2001), *A condição humana*, Lisboa, Edições Relógio D'Água: pp. 64 - 73

Antunes, A, (2008), "*Sociedade de Informação*", Universidade de Coimbra, pág: 2

Bennett, Andy (2005), *Culture and Everyday life*, SAGE publications Ltd, Londres

Brenda, Laurel (2000), *Computer as Theater*, Addison-Wesley, Boston

Cannatà, Michele, (1952)-, ed. lit.; Fernandes, Fátima, ed. lit., *A arquitectura do espaço público: formas do passado, formas do presente*; COORD. Michele Cannalà, Fátima Fernandes, Porto. Câmara Municipal, (1998)

Casegas, J (s.d), "*A Democracia Digital e a Redifinição do Espaço Público*", Universidade de Évora

Castro Neves, A., "*A indústria dos Conteúdos*", (2003), Lisboa, Gabinete de Estudos Económicos, Documentos de Trabalho, nº 49, Ministério da Economia.

Delabre, R, (2009), "*A rede, amplo território de intercâmbio e socialização*", Internet como expressão e extensão do espaço público, pág: 74.

Elliot, Anthony (2001), *Concepts of the self*, Polity Press, Cambridge

Eulálio, Marcelo (2009), *A significação do público e do privado - A concepção clássica de Rousseau e a concepção moderna de Habermas*, NOVAFAPI, Teresina, Vol.3, nº1

Esteves, João José Pissarra Nunes, (1959), *Espaço Público e Democracia: Comunicação, Processos de Sentido e Identidades Sociais*, Lisboa, Colibri, (2003)

Fernandes, José (2011), *Liberdade e Informação*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa

Formosinho, M, Reis. C, (2011), *A Sociedade Digital e a (re)construção do Humano*, Revista Portuguesa de Pedagogia, Extra-Série, pág: 477-490

Gouveia, B. (s.d), *Manifesto digital para o espaço público*, Porto, Universidade Fernando Pessoa

Garlet, N, Mortari, E, (2011), “O indivíduo, o espaço público e as redes sociais digitais: diálogos e problematizações”, *Redes Sociais, Comunicação, Organizações* pág: 11

Habermas, J. (1962, 1994), *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Polity Press Cambridge, pág: 30

Innerarity, Daniel (2006), *O novo espaço público*, Teorema, Lisboa

Jordan, Tim (1999), *Cyberpower: The Culture and Politics of cyberspace and the internet*, Routledge, Londres

Kellner Douglas (1995), *Media Culture*, Routledge, Londres

Medeiros, Rodrigo Pessoa, (2011) *Warning - real time global air quality display*: um estudo sobre arte digital em espaço público; orient. Pedro Sérgio Oliveira Branco, Nelson Troca Zagalo

Miles, Malcolm; Barbas, Helena, (1951)-, trad., *Para além do espaço público “beyond the public realm”*; TRAD. Helena Barbas, Monte da Caparica: Associação Extra-Muros, (2001)

Rodrigues, C, (2006), “Blogs e a Fragmentação do espaço público”, Universidade da Beira Interior, pág: 10

Silva, Filipe Carreira, (s.d) *Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia*, Universidade de Cambridge.

Santos, Rogério, (1949)-; Almeida, José Soares de, rev. de matriz, *Os novos media e o espaço público*; REV. José Soares de Almeida, 1998, Lisboa Gradiva

Telles, Vera da Silva, *Espaço público e Espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*, Revista Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Col. 1

Toscano, Maria Margarida, (1994) *Racionalidade comunicativa, espaço público e antecedentes de emergência duma esfera pública literária em Portugal* [texto policopiado]

WEBGRAFIA

7 de Novembro de 2014

<http://forcaportugal.com.pt/2014/11/07/o-video-que-esta-a-chocar-o-mundo-ele-deixou-toda-/>

<http://www4.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/27.pdf>

28 de Abril de 2015

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552003000100007&script=sci_arttext

<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>

[http://www.infopedia.pt/\\$identidade-%28sociologia%29](http://www.infopedia.pt/$identidade-%28sociologia%29)

<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v15n1/v15n1a10.pdf>

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221840494M6zFQ7xv9Rd55BV5.pdf>

https://books.google.pt/books?id=6Oh4XaY_3sAC&pg=PA221&lpg=PA221&dq=Max+Weber+e+o+ciberespa%C3%A7o&source=bl&ots=xG4KqjgEgk&sig=HQToeezsbtzipBMJ6PphtTVlow&hl=pt-PT&sa=X&ved=0CDUQ6AEwA2oVChMlziOt1YTmxwIVidYUCh3wHAW1#v=onepage&q=Max%20Weber%20e%20o%20ciberespa%C3%A7o&f=false

<http://luispaulorodrigues.blogspot.pt/2011/07/publico-e-privado-uma-distincao.html>

<http://pt.scribd.com/doc/38193629/Mudanca-estrutural-da-esfera-publica-Habermas#scribd>

https://books.google.pt/books?id=i-N93c-eapoC&pg=PA308&lpg=PA308&dq=hegel+e+o+espa%C3%A7o+publico&source=bl&ots=TjQGNkDRTh&sig=yYUm6r8e3j8D38vbUkXOHvpJupo&hl=pt-PT&sa=X&ved=0CB8Q6AEwAGoVChMlnp_O-b_sxwIVhw8aCh2Qswa9#v=onepage&q=hegel%20e%20o%20espa%C3%A7o%20publico&f=false

<http://www.vejaisso.com/o-que-e-o-twitter-como-usar-e-como-responder/>

http://www.portais.ws/?page=art_det&ida=1202

<http://conceito.de/identidade>

http://www.dgz.org.br/jun07/Art_03.htm

http://www.superinteressante.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=485:falta-de-identidade&catid=24:artigos&Itemid=104

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf>

<http://aneves.blogs.ua.sapo.pt/1892.html>

http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art8_rev6.pdf

<http://conceito.de/espaco-publico>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Privacidade_digital

<http://portalcienciaevida.uol.com.br/esps/Edicoes/28/artigo87336-2.asp>

<http://www.ambito->

[juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7967](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7967)

https://www.ibm.com/developerworks/community/blogs/ctaurion/entry/privacidade_na_era_digital?lang=en

http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/ponto_de_vista/2014/02/12/Ha-privacidade-na-era-digital.html

https://www.ibm.com/developerworks/community/blogs/ctaurion/entry/privacidade_em_tempos_de_big_data?lang=en

<http://www.fastcoexist.com/3022037/futurist-forum/the-future-of-relationships-10-ways-well-be-dating-having-sex-and-breaking-up>

<http://www.forbes.com/sites/forrester/2013/09/03/the-battle-to-serve-your-digital-self/>

<http://padom.com.br/cientistas-russos-promovem-a-criacao-de-corpos-imortais/>

<http://img.ibxk.com.br/44040/88904.jpg>

<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/efeitos-negativos-meios.html>

ANEXOS

Cientistas russos promovem a criação de corpos imortais



Um jovem bilionário russo lidera um grupo de cientistas que assinaram uma carta dirigida ao secretário geral da ONU, em que o convidam a participar do processo de criação da ‘neo-humanidade’ e alcançar a imortalidade.

O empresário russo, Dmitri Itskov é o condutor de um projeto que se dedica ao desenvolvimento de uma nova forma de vida baseado em ‘cyborgs’ ou ‘avatares’ (Uma espécie de robô com cérebro humano). Em uma carta aberta assinada por vinte cientistas, ativistas sociais e empresários de diferentes países, Itskov, convidou a Ban Ki-moon para participar do congresso Global Futuro 2045, que será realizado em junho de 2013, em Nova York.

Para evitar a ‘degradação’ da civilização, os participantes da conferencia propôs uma estratégia para alcançar uma nova etapa na historia, a ‘neo-humanidade’.

Para isso, primeiro será necessário, entre outras coisas seguir desenvolvendo as tecnologias de criação dos ‘corpos artificiais’ e dos “*sistemas ‘cérebro-computador para o controle mental dos avatares’*”. *Em um futuro próximo, essas tecnologias serão usadas para ‘reabilitar deficientes e substituir as pessoas na hora de realizar atividades perigosas ou em missões de resgate’*“.

Dentro de trinta anos, os cientistas poderão encontrar maneiras de manter o cérebro humano em funcionamento sem que este dependa do corpo biológico. Itskov admite inclusive que para 2045 será possível implantar não o cérebro, mas a própria consciência em um corpo artificial.

Desta maneira, segundo do site russo RT, a ‘neo-humanidade’ poderia viajar em áreas do universo onde a vida terrestre não é possível e inclusive alcançar a imortalidade, segundo a mensagem de Ban Ki-moon. Assim, o magnata da mídia russa, de apenas 32 anos de idade, pretende empenhar e criar com ajuda das altas tecnologias ‘uma civilização com elevados valores éticos, culturais e espirituais’.⁶⁹

⁶⁹ Vide in <http://padom.com.br/cientistas-russos-promovem-a-criacao-de-corpos-imortais/>